

filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor



Exemplar avulso: R\$7,50

ISSN 1677-1362



Campanhas de Natal

Como entidades estão organizando as festas de fim-de-ano

Papel social da mídia

Jornalistas debatem o tema na última matéria da Teia Social

Auditoria

Cuidados para que instituições não percam as características filantrópicas



A VEZ DO IDOSO

Estatuto recém-aprovado reforça, na teoria, direitos previstos por leis anteriores

Diretor-executivo da Resource Alliance fala sobre políticas de captação de recursos

SIMON COLLINGS

Entrevista



Qualidade total na produção de revistas, informativos e livros

Produção editorial customizada de
acordo com sua necessidade:
redação, revisão, diagramação,
impressão e distribuição.

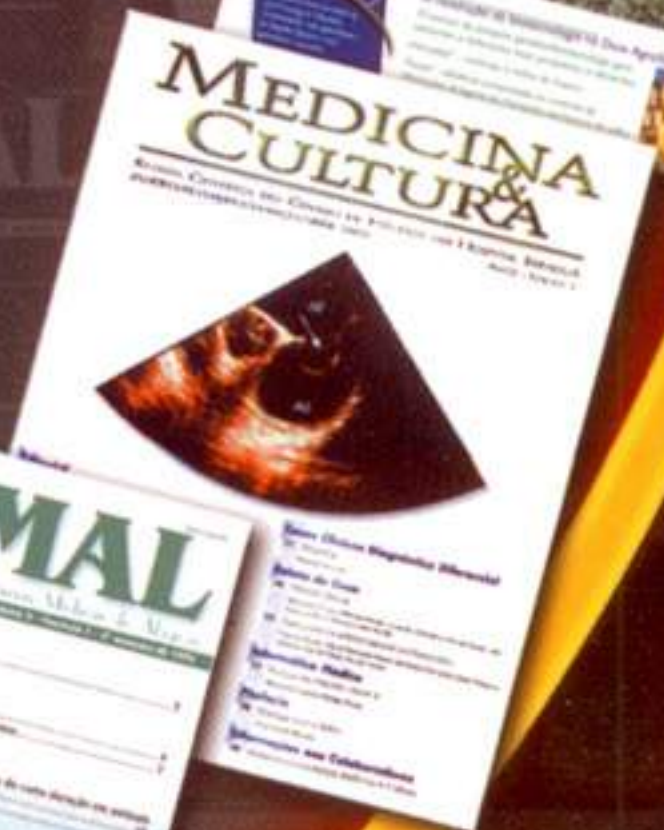
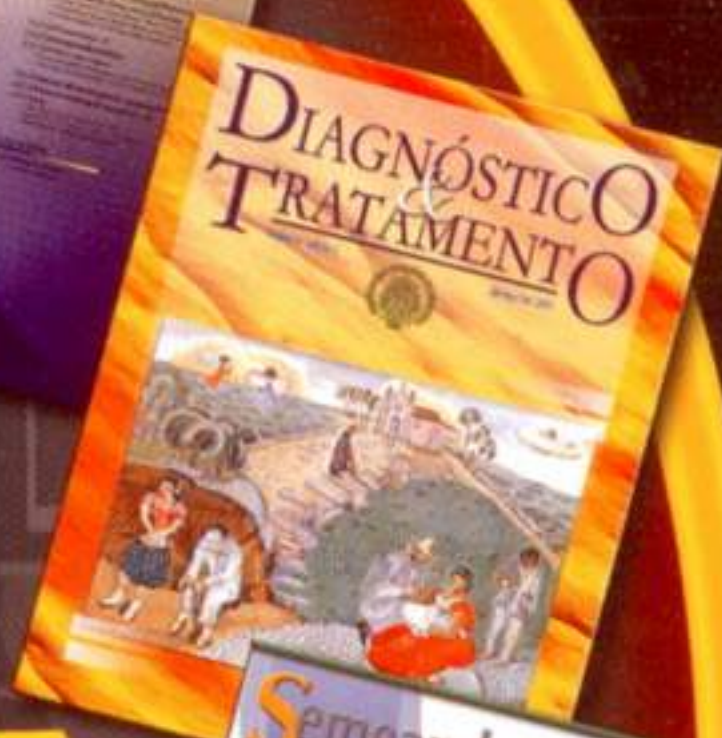
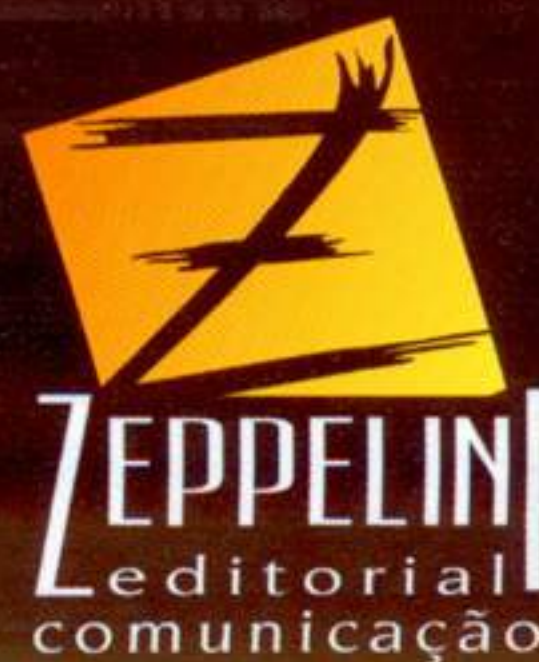
- revistas
- livros
- balanços sociais
- jornais
- informativos
- newsletters
- catálogos

Informações:

(11) 6978-6686

zeppelini@zeppelini.com.br

www.zeppelini.com.br



EXPOFOMEZERO

Brasil Socialmente Responsável

10-12 Fevereiro 2004
13:00 às 21:00 horas
Expo Center Norte
São Paulo • SP

www.expofomezero.com.br

Participe do Maior Evento sobre Responsabilidade Social do País

OBJETIVOS DA EXPOSIÇÃO

- Dar visibilidade e amplitude ao programa Fome Zero;
- Divulgar ações empresariais bem sucedidas;
- Reunir iniciativas isoladas para ampliar o impacto na sociedade;
- Dar visibilidade aos projetos das empresas apoiadoras, gerando um maior engajamento de toda a sociedade pela exemplaridade;
- Criar oportunidades de parcerias entre empresas e entidades da sociedade civil;
- Facilitar a articulação entre as diversas ações da sociedade e do governo;
- Agregar valor à imagem institucional das empresas.

EXPOSITORES

Organizações Empresariais
Organizações não Governamentais
Entidades da Sociedade Civil
Governos Municipais, Estaduais e Federal
Veículos de Comunicação
Federações; Fundações
Câmaras de Comércio
Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae
Comunidades Religiosas
Comunidades Acadêmicas
Editoras Especializadas
Consultorias; Entre outros

VISITANTES

Empresas Privadas e Públicas
Organizações Não Governamentais
Institutos e Fundações
Comunidades Acadêmicas e Religiosas
Autoridades e Órgãos Governamentais
Entidades da Sociedade Civil
Organismos Internacionais
Consultorias Especializadas
Imprensa

Acesso Gratuito
Credenciamento no Local

E mais:

• Eventos Culturais

• Circuito de Palestras

• Agende-se!

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO



Informações
Tel (11) 4689 3100
Fax (11) 4191 0200
www.franca.com.br
feiras@franca.com.br

MONTADORA OFICIAL



MONTAGENS E EMPREENDIMENTOS
Tel.: (11) 3931-0015 • Fax: (11) 3931-8357
www.estrutural.com.br • adm@estrutural.com.br

UMA EMPRESA CREDENCIADA PELO



O BRASIL QUE COME
AJUDANDO O BRASIL QUE TEM FOME

APOIO INSTITUCIONAL



Apoio Fome Zero
Associação de Apoio a Políticas
de Segurança Alimentar

MESA
Ministério Extraordinário
de Segurança Alimentar
e Combate à Fome



ESTE EVENTO SERÁ AUDITADO POR EMPRESA INDEPENDENTE E NÃO TERÁ FINS LUCRATIVOS. A RENDA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO DOS ESTANDES SERÁ REVERTIDA EM FAVORECIMENTO AO PROGRAMA FOME ZERO.



Para ele dar asas
à imaginação,
tivemos que dar
rodas aos livros.



O Projeto "Trilha Brasil – Livro na Estrada e Pé na Tábua" já distribuiu mais de 80 mil livros e 25 mil kits de material escolar para crianças e adolescentes de todo o país. Ele está ajudando a formar bibliotecas em lugares remotos, e a criar o hábito de leitura entre milhares de jovens carentes. Esse esforço foi reconhecido com o prêmio Top Social 2003, concedido pela ADVB. E é apenas uma entre mais de 50 iniciativas de cunho social promovidas pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie. A viagem do "Trilha Brasil" está apenas começando, e ainda tem muito chão pela frente. Vamos levar cada vez mais longe um dos meios de transporte mais eficientes e econômicos que existem: o livro.

TrilhaBrasil 

LIVRO NA ESTRADA
& PÉ NA TÁBUA 



Mackenzie

TRADIÇÃO E PIONEIRISMO NA EDUCAÇÃO

**“Nunca estão sozinhos aqueles que
estão acompanhados de pensamentos nobres.”**

Philip Sydney



A arte de saber envelhecer

Nossa edição deste mês, entre outros assuntos de suma importância ao desenvolvimento social articulado pelo Terceiro Setor, traz uma síntese que contribuirá para a interpretação do Estatuto do Idoso, ora sancionado pelo presidente Lula no dia 10 de outubro. Desde já, a lei representa um extraordinário avanço ao resgate do antigo princípio de amor e respeito ao próximo.

Para aquecer o debate sobre o idoso, trago um pensamento pessoal: crédito ao regime capitalista o ônus de ser o grande vilão e infrator dos valores humanos, em especial daqueles relacionados aos mais velhos, já que, no mundo do capitalismo, quem não consome, não é pessoa.

O idoso, com o passar do tempo, de acordo com a minha visão do selvagem sistema, deixa de ser pessoa, pois se despede do seleto grupo dos consumidores quando a vaidade cede espaço à enfermidade – e de gente, passa a ser indigente.

Defendo, então, que o maior consumo da atual juventude esteja focado na arte do saber envelhecer. De nada vale o acúmulo de riquezas e títulos, que somente engrandecem o ego, o status e a vaidade, se faltar a saúde, o entusiasmo de viver, a alegria, a família, objetivos e, principalmente, a fé.

A aposentadoria garantida não reside na previdência, na caderneta de poupança, mas na sementeira diária do jovem. O adubo do plantio está na determinação de uma vida saudável e inteligente. As sementes são derivadas do amor ao próximo, do respeito ao corpo, à mente, ao espírito e à natureza.

Enfim, o estatuto não veio para trazer privilégios ao idoso, e sim para lembrar ao jovem que ele será o idoso de amanhã: todos os dias, a juventude está semeando e desbravando a arte do envelhecimento e, se o fizer com sabedoria, certamente colherá sossegada aposentadoria.

• Marcos Biasoli
Diretor Técnico



Pessoas...

*“Quem ama, constrói ao
redor de si uma redoma
e fica estéril à solidão
que, durante a vida,
vem à tona.*

*Os lábios podem estar
distantes após uma
queda ou um corte,
mas o coração e o
sentimento estarão unidos na
vida e na morte”*

(ADAPTAÇÃO DA PEÇA A CEIA DOS CARDEAIS, 2003)

Ao longo de nossa vida, pessoas passam, pessoas vão. Pessoas ficam e pessoas voltarão.

Pessoas são comuns – pessoa, segundo o dicionário, é a criatura humana, é o homem, a mulher. É a individualidade. É um Ser real ou imaginário a quem se atribui uma ação ou estado.

Observe as pessoas transitando e, olhando nos olhos, tente imaginar o amanhã de cada um. Tente imaginar uma notícia dada a um ente querido – uma notícia que, em sendo alegre canta, em sendo triste chora.

Hoje somos pouco mais de seis bilhões, amanhã dez. Talvez nessa vida não possamos conhecer 0,1% dessa multidão, nem sequer olhá-la nos olhos. Essas pessoas irão passar por você sem serem notadas e, amanhã, podem estar ricas, podem estar alegres, podem estar gripadas, podem estar amando, podem estar presidentes da República, podem estar desempregadas, podem estar mortas.

Existem pessoas que passam por nós sem sequer termos conhecido, mas que influenciam nosso caminho de alguma forma. Ou que de certa forma irão conduzi-lo para um caminho certo por elas terem, um dia, trilhado errado.

O amor às pessoas, o amor à humanidade, fator regente da filantropia, é o amor onipessoal, é o amor absoluto à raça humana – sejam ricos, pobres, negros, brancos, vivos ou mortos. É o amor que temos na continuidade da espécie: mais equalizada, mais justa e mais digna.

É a vítima fatal do câncer que motiva pessoas a lutar contra essa patologia, é pela criança espancada que pessoas se unem em defesa da infância. É pela pessoa faminta que pessoas arrecadam alimentos. É pela vítima da violência que pessoas lutam pelo desarmamento. Esse é o combustível do Terceiro Setor.

Boa leitura!

• Marcio Zeppelini
Editor

Acontece

Ação social do Trilha Brasil no Rally dos Sertões

O Trilha Brasil no Rally Internacional dos Sertões estimulou a educação e levou alimentos e saúde pelas dez cidades nas quais passou esse ano. A ação social conseguiu distribuir 2.796 cestas de alimentos, 3.840 sopas, 1.920 sucos, 8.500 escovas de dente, 600 quilos de remédio, 4 mil brinquedos, 9 mil peças de roupa, 23 mil livros e 6 mil kits escolares. Também foram realizados atendimentos médicos, triagem de enfermagem e testes de diabetes. O Projeto Livro na Estrada e Pé na Tábua fez a distribuição dos kits escolares, compostos por dois livros, revistas e lápis da Faber-Castell. Além disso, as escolas receberam 21 mil livros para as bibliotecas. O programa tem seis fases e pretende beneficiar 60 escolas e aproximadamente 635 mil pessoas até julho de 2004.



Debates sobre os 450 anos de São Paulo

Uma parceria entre a TV Globo, o Canal Universitário e as universidades que o integram iniciou em setembro uma série de nove palestras mensais sobre diversos aspectos da cidade de São Paulo. As discussões, que ocorrem nas universidades ligadas ao CNU, são denominadas "SP 450 Anos – A Paulicéia em Debate" e têm como finalidade discutir a história, cultura, saúde e desenvolvimento paulistanos. Um dos eventos aconteceu no TUCA (PUC) e teve como mediadores o jornalista Ernesto Paglia, da Globo, e Gabriel Priolli, do CNU. O assunto abordado foi a importância do centro da cidade para a história da capital paulista. Os debates são realizados mensalmente em diversas faculdades e transmitidos ao vivo pelo Canal Universitário, acessível pelas redes a cabo TVA (canal 71) e NET (canal 15).



2º Seminário Internacional sobre Avaliação, Sistematização e Disseminação de Projetos Sociais

O evento da Fundação Abrinq aconteceu no Centro de Convenções da Câmara Americana de Comércio. Desenvolvimento ético e justiça social foram os temas das discussões. Especialistas analisaram como uma metodologia mais qualificada no Terceiro Setor pode contribuir para que o desenvolvimento econômico se comprometa com o acesso de todos aos direitos sociais. Participaram do evento Bernard Toro (diretor do Programa de Comunicação Social da Fundação Social de Bogotá), Rita O'Sullivan (livre docente de Avaliação e Monitoramento da University of North Carolina) e Sergio Martinic Valencia, diretor do Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação.

DERDIC comemora Dia do Surdo e AACD, um ano de capoeira para deficientes

A Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) – PUC-SP celebrou o Dia Nacional do Surdo. A entidade, que tem como objetivo educar e capacitar para o exercício da cidadania surdos e pessoas com alterações de audição, voz e linguagem, organizou o evento para integrar os 170 alunos do Instituto Educacional São Paulo (IESP) com outras comunidades surdas. Outra atividade interessante aconteceu na semana da criança: a AACD comemorou um ano da implantação do programa de capoeira para crianças portadoras de deficiência física. Segundo a coordenadora do setor de Reabilitação Desportiva, Edna Garcez, notam-se benefícios como melhor equilíbrio e desenvolvimento mental, além de maior participação dos alunos, que mostram ginga e alongamento.



Aula de capoeira na AACD



Projeto Fala Preta!, um dos selecionados

ONGs desenvolvem projetos de inclusão do jovem no mercado de trabalho

A Associação Caminhando Juntos (ACJ) selecionou oito organizações que participaram do Concurso ACJ para o Fortalecimento da Capacitação Profissional Não-Formal de Jovens. O objetivo foi investir na qualificação da educação de jovens de baixa renda e escolaridade, inserindo-os no mundo do trabalho. Além de recursos financeiros, a empresa oferece apoio técnico com base no conteúdo, ou seja, nas novas exigências do mercado, no método (ou estratégias de ensino-aprendizado aceleradas) e gestão, conquista de condições gerenciais. As entidades vencedoras foram: Aldeia do Futuro, Casa dos Meninos, COMEC, CPA, Fala Preta!, Gotas de Flor, Henry Ford e Pró-Morato. Todas são dirigidas aos jovens, contam com modernidade e se complementam para proporcionar trocas de competências previstas no concurso.

ONG do Rio Grande do Sul realiza pequenos desejos

Em Porto Alegre, o Instituto Enio criou no dia 2 de setembro o Programa Pequeno Desejo. Pacientes de hospitais públicos têm a oportunidade de manifestar suas vontades, que são disponibilizadas no site www.pequenodesejo.org. Desde a criação do projeto, existem mais de 60 pedidos em andamento das crianças dos hospitais Santo Antônio e Coração. Rosane Fritscher Verlangieri, presidente da ONG, diz que o atendimento é feito para levar alegria às crianças que vivem em tratamento médico, para as famílias delas e, principalmente, para os voluntários. Os desejos são revelados no site e quem quiser participar, basta acessar o link "voluntários", onde estão informações de como entrar em contato.

Fundo Cristão para Crianças atende 1,1 milhão de carentes



Crianças da Instituição

A ONG Fundo Cristão para Crianças de Belo Horizonte completou 37 anos de atividades sociais no Brasil. Os projetos atendem mais de 85 mil crianças em situação de risco social e cerca de 255 mil carentes nos estados em que atua. A instituição investiu aproximadamente R\$ 1 bilhão em programas que beneficiaram perto de 1,1 milhão de pessoas. Presente em 70 municípios brasileiros, mantém serviços com suporte de profissionais e possui 400 funcionários que atuam voluntariamente como educadores sociais. Doações de estrangeiros contribuem em 85% para os recursos da entidade, mas, por outro lado, dez mil brasileiros já "apadrinharam" jovens de zero a dezoito anos. Para se tornar um padrinho ou madrinha, visite o site www.apadrinhamento.org.br ou ligue para 0800-900110. Quem quiser se tornar voluntário, também pode entrar em contato pelo mesmo telefone.

Inauguração de laboratório de áudio e vídeo digital

O Comitê para Democratização da Informática do Rio de Janeiro (CDI-RJ) e a empresa Pinnacle Systems inauguraram um laboratório digital para ser utilizado pelas Escolas de Informática e Cidadania (EICs) ligadas ao Comitê. Alunos do Projeto Morro do Silício, que visa ensinar a comunidade a fazer uso da tecnologia como auxílio na busca de empregos, ocuparão o laboratório para aulas, capacitação e treinamento em vídeo digital. As aulas serão ministradas pela equipe do CDI e pela ONG Nós do Cinema, formada por participantes do filme Cidade de Deus. A intenção é que os alunos aprendam a produzir pequenos documentários digitais.



Jovens aprendendo informática

Fundação O Boticário lança programa de capacitação de jovens

A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza está com inscrições abertas para o Programa Trainee em Meio Ambiente. O projeto é destinado àqueles que tenham concluído a graduação em qualquer área e tem início em janeiro de 2004.

Folha de São Paulo e Instituto ADVB de Responsabilidade Social realizam "Diálogos Sociais"

O 15º Encontro discutiu o tema "ONG e a empresa". O evento teve patrocínio da Fundação Itaú Social e apoio do Grupo Notre Dame Intermédica, da Nestlé, Serasa, Sodexo Pass e Unidas Corporate Fleet.

28º Fórum do Comitê Paulista para a década da cultura e da paz discute economia sustentável

No evento, o professor Ladislau Dowbor tratou de assuntos como a falta de desenvolvimento dos valores e formas de organização política e social e o avanço da tecnologia. O enfoque foi dado à capacidade que a tecnologia tem de diminuir a exclusão social.

Grupo Pão de Açúcar angaria alimentos para o Programa Fome Zero

Nos primeiros seis meses de mobilização da empresa como parceira do Programa Fome Zero, o Grupo Pão de Açúcar angariou 1.900 toneladas de alimentos para serem distribuídos a 1.100 ONGs.

Mackenzie comemora 133 anos

O Instituto Presbiteriano Mackenzie promoveu eventos comemorativos durante uma semana para celebrar o aniversário de 133 anos. O acontecimento reuniu homenagens a pessoas relacionadas à instituição, lançamento de livros e uma grande festa em prol da construção de um mundo melhor.

Acontece

Fundação Semear promove Curso de Elaboração de Projetos Sociais

Localizada no Rio Grande do Sul, a Fundação Semear organizou o curso direcionado a profissionais que atuam em entidades sociais, estudantes e interessados no tema. Originado pelo Centro de Capacitação, Pesquisa e Consultoria da Fundação, teve a intenção de profissionalizar iniciativas de empresas e de organizações do campo social. Tais tipos de atividade procuram maior eficiência nas ações, para que os resultados tenham impacto sempre positivo. Os eventos da Fundação Semear voltados para o Terceiro Setor têm subsídio de 82 empresas mantenedoras, tornando os preços acessíveis.



Apresentação de trabalhos no curso

Teleton 2003

A 6ª edição do Teleton, criado para arrecadar fundos para a AACD, foi liderado por Hebe Camargo e Sílvio Santos, contou com a participação de diversas celebridades. O programa arrecadou cerca de R\$ 15 milhões superando a meta estabelecida. Nas edições anteriores, o Teleton conseguiu arrecadar o suficiente para a edificação de novas instalações da AACD, que possui hoje seis centros de reabilitação. A ampliação no número de atendimentos diários foi considerável, passando de 800 para 5 mil. A renda deste ano será destinada à construção de uma unidade no Rio de Janeiro.

11ª Campanha Natal sem Fome

A campanha da Ação da Cidadania foi idealizada por Betinho e surgiu com o intuito de oferecer às famílias carentes uma refeição no Natal. Normalmente se inicia no Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro. Neste ano, a comemoração de lançamento em São Paulo ocorreu na Praça da Sé, com passeata de 7 mil pessoas. No Rio, o evento aconteceu no aterro do Flamengo, como nos últimos anos. Os 26 estados participam da campanha, que pretende distribuir as cestas básicas nos dias 20 e 21 de dezembro às comunidades assistidas pelos mais de 800 comitês da Ação da Cidadania. Para saber mais, www.acaodacidadania.com.br ou 0800-20-2000.



Senadora Heloísa Helena

Seminário Internacional Cybercity 2003

Idealizado pela Gestão de Tecnologia Social (GTS) – Senac, o Cybercity foi criado com a intenção de ser um fórum anual permanente de debates, que circule pelo País valorizando a tecnologia social. O projeto tem como objetivos reunir especialistas para informar sobre pesquisas, estudos e aplicações das tecnologias de informação; discutir a melhoria das condições de vida da população urbana e rural, e apresentar um documento oficial com propostas e soluções no campo da tecnologia social. Haverá, portanto, a mobilização da sociedade acadêmica, especialistas, empresários e políticos para o debate. Acontece inicialmente em São Paulo, porém pretende se estender a outras cidades.

II Fórum Social Potiguar

O Palácio dos Esportes de Natal (RN) foi palco de quatro conferências, além dos seminários e oficinas que aconteceram no Centro de Educação Profissional e em auditórios no centro da cidade. Dentre os palestrantes estavam a senadora do PT, Heloísa Helena; o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile; o articulista da revista Caros Amigos, José Arbex, e o parlamentar português, Francisco Louçã. O fórum propôs alternativas contra a concentração de riquezas e as ameaças imperiais, enfatizando o papel das ações sociais nesse contexto. O FSP é parte integrante do Fórum Social Mundial, que terá a Índia como próximo país sede, e do Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte.



IX Simpósio Interdisciplinar Gestão de Organizações do Terceiro Setor

A Universidade São Judas Tadeu organiza anualmente, no mês de outubro, uma semana de atividades envolvendo áreas variadas. Neste ano, uma das atividades foi o III Encontro de Pós-Graduação em Gestão do Terceiro Setor, a fim de multiplicar os conhecimentos e compartilhar experiências. Os objetivos do evento foram discutir sustentabilidade para além da captação de recursos e ampliar o entendimento sobre a identidade do Terceiro Setor.

Além disso, os participantes puderam debater questões relevantes de forma prática. O acontecimento reuniu cerca de 40 participantes, entre alunos, ex-alunos, dirigentes e gestores de organizações.



Benedita da Silva participa do evento

Fórum Nacional Empresa-Cidadã e Responsabilidade Social Empresarial em Fortaleza

O Grupo de Ação de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, o SESI Nacional, o SESI-CE, a FIDES e o IBASE realizaram o Fórum Nacional Empresa-Cidadã e Responsabilidade Social. Os principais assuntos foram o debate sobre o discurso da inclusão social; a participação cidadã dos empresários no desenvolvimento social do País; a apresentação de experiências de empresas cearenses na área social; o estímulo ao investimento social privado e a formação de redes.

4º Simpósio Nacional sobre Contabilidade no Terceiro Setor

O simpósio ofereceu palestras esclarecedoras para os profissionais da área. As apresentações foram feitas em quatro painéis e analisaram contabilidade, renúncia fiscal, isenção das contribuições sociais e do CEAS e auditoria externa. Um dos assuntos mais polêmicos foi o certificado das entidades filantrópicas.

Dentre os palestrantes estava o chefe de Divisão de Gerenciamento da Isenção Previdenciária, Luiz Cláudio Tavares, que discorreu sobre as gratuidades reconhecidas na contabilidade pelo INSS. "O governo veio para se impor, para colocar ordem e controlar mais quem tem certificado e quem não tem. Havia muitas entidades que só queriam se aproveitar e ficar isentas, mas ainda existem muitas falhas", disse Luiz Cláudio. Custódio Pereira, presidente da Universidade Presbiteriana Mackenzie, era um dos convidados do evento. Para ele, a taxa mínima de 20% de gratuidade é muito intransigente e diversas entidades vão deixar de fazer boas ações porque perderam o certificado.



MARTIN WIESMEIER TELLO

ONG Visão Mundial realiza o I Arte Solidária

Artesãos dos PDAs – Programa de Desenvolvimento de Área – reuniram-se em Recife (PE) para trocar experiências e relatar suas dificuldades. O evento faz parte do Programa Comércio Solidário, que existe há 4 anos e ajuda artesãos que não conseguem colocar seus produtos no mercado. Em março deste ano, cerca de 6.900 obras foram exportadas para 400 lojas na Europa, para países como Holanda, Bélgica e Luxemburgo. A Exportadora Barbosa do Brasil trabalha em parceria com a entidade nesse projeto e auxilia na abertura das portas do mercado europeu.

Parceria entre a Pastoral da Criança e a empresa aérea Gol

O termo de parceria compromete a companhia aérea a doar R\$ 1 milhão para a instituição, o que torna a Gol a maior doadora privada individual da entidade, viabilizando o auxílio a mais de 32.500 crianças.

Workshop forma líderes socialmente responsáveis

Idéia conjunta da APARH-Campinas e da Concebe, consultoria especializada em Responsabilidade Social, o Workshop Formando Líderes Socialmente Responsáveis objetivou otimizar iniciativas já existentes e incentivar novos projetos de ação social.

Bandeira do Brasil

A Distrital Santana da Associação Comercial de São Paulo, a Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas e o Exército Brasileiro iniciaram a Campanha de Doação de Bandeiras Nacionais Oficiais para escolas. A meta é a arrecadação de 10 mil bandeiras.

DANIELA TCHERNIACOWSKI

Diretor-executivo da Resource Alliance, organização que habilita captadores de recursos no mundo todo, afirma que faltam bons profissionais da área no Brasil

Simon Collings

Com cerca de 30 anos de atuação, a Resource Alliance é uma renomada rede internacional que trabalha para a capacitação e o fortalecimento na obtenção e mobilização de recursos para o Terceiro Setor.

Sediada na Inglaterra, tem realizado e apoiado, sempre em parceria com entidades locais, inúmeros eventos nos quatro continentes, como cursos, seminários e encontros, com o objetivo de oferecer instrumentos que possam auxiliar organizações a arrecadar fundos de forma efetiva e eficaz.

No Brasil, a Resource Alliance firmou parceria com a ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos) e o Senac, com os quais realizou a 11ª Conferência Latino-Americana de Mobilização de Recursos para o Terceiro Setor, sediada em São Paulo.

Na ocasião, o diretor-executivo Simon Collings deu entrevista exclusiva à *Revista Filantropia*, ressaltando, entre outros assuntos, a necessidade de maior número de eventos no Brasil para melhor capacitar os profissionais do setor.

“Há grande interesse das entidades brasileiras em profissionalizar captadores de recursos. No entanto, os programas ainda não são suficientes para capacitar quem atua nesse setor”

Revista Filantropia: Como a Resource Alliance tem atuado no Brasil?

Simon Collings: A Resource Alliance trabalha para oferecer infra-estrutura forte de profissionalização de captadores de recursos a partir de palestras, conferências e oficinas em várias regiões de cada nação. Para tanto, buscamos parceiros dentro dos países para a realização de tais atividades, como essa última conferência junto com a ABCR e o Senac-SP, cujo objetivo era a troca de idéias e experiências. Na Índia, por exemplo, estamos implementando um curso de oito meses para captadores em parceria com duas instituições. Outro foco da Resource Alliance é aumentar a prática ética no setor para melhorar a imagem das entidades na sociedade.

Revista Filantropia: Qual sua opinião sobre a captação de recursos?

Simon Collings: Percebo que existe interesse e procura muito grandes por esses encontros e cursos, pois o Terceiro Setor brasileiro está crescendo rápido e há necessidade de se profissionalizar e de se conhecer a realidade de outros países na mesma área. Contudo, os programas de capacitação no Brasil ainda não são suficientes para tornarem aptos os captadores. Além disso, diversos novatos nesse trabalho, sem boa formação, ocupam o posto de diretor de comunicação ou de captação de fundos. Eles estão tentando criar estratégia para identificar fontes de capital e atividades que possam implementar, mas enfrentam muitos desafios, já que não têm experiência nem qualificação adequada.

Revista Filantropia: Como o senhor compara tal atividade à situação da Europa e Estados Unidos?

Simon Collings: Na Europa e nos Estados Unidos, onde o Terceiro Setor é mais desenvolvido, o profissional tem muito mais acesso a recursos, a revistas especializadas, sites e consultores. Na Inglaterra, por exemplo, há cursos para captadores que fazem parte do sistema de educação vocacional subsidiado pelo governo.

Revista Filantropia: Quais países têm comportamento similar ao do Brasil?

Simon Collings: A Índia e alguns países da Ásia, como Coreia, Tailândia e Filipinas, têm realidades bastante parecidas. Há

um crescimento rápido do número de captadores na Índia, apesar de ainda dependerem de recursos do governo e de agências internacionais. Cada vez mais as organizações vêm se interessando por técnicas de captação e pensando sobre a necessidade de gerar renda de fontes locais particulares e corporativas. No entanto, assim como no Brasil, falta infra-estrutura e os profissionais desse ramo também carecem de experiências fora dos próprios países como referências diferentes de trabalho.

Revista Filantropia: Qual seria um bom exemplo de captação de recursos?

Simon Collings: O trabalho da organização *Dream a Dream* (www.dreamadream.org) na Índia, que pode ser aplicado em outras nações. A missão da ONG é melhorar a auto-estima de crianças de favelas, incentivando a capacidade individual delas por meio da arte ao desenharem os próprios sonhos e desejos. Uma das formas de arrecadar recursos é a organização de festas em espaço cedido por uma casa noturna. Além de angariar fundos, a idéia é influenciar os jovens para o trabalho voluntário ou mesmo para serem doadores. Os eventos, que também proporcionam a promoção das empresas parceiras, são simples e pouco custosos. Outra maneira interessante de tal entidade conseguir recursos é junto a uma rede de restaurantes: em cada mesa desses estabelecimentos há jogos americanos estampados com os desenhos das crianças

e informações sobre a instituição. Assim, os frequentadores visualizam o projeto e podem se tornar doadores. É importante ressaltar que todo o material de divulgação da entidade é muito bem feito, o que causa grande impacto entre doadores e contribui para a imagem profissional da ONG.

Revista Filantropia: Qual o papel do governo na obtenção de recursos das entidades?

Simon Collings: O governo, além de fonte de capital, também pode investir na profissionalização das entidades e de captadores, oferecendo bolsas de estudo, já que a maioria das instituições não tem condições de pagar treinamentos e outras atividades. Existe ainda muita burocracia, principalmente nos governos de países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, começando pela demora nos registros, que dificulta o acesso aos recursos e benefícios advindos da isenção de impostos. Ao simplificar os processos, o governo estará inclusive estimulando o envolvimento da sociedade com a cidadania.

Revista Filantropia: O que o senhor acha da técnica de telemarketing?

Simon Collings: É eficiente e bastante utilizada na Europa e nos Estados Unidos. Minha experiência mostra que o telemarketing é mais efetivo como forma de comunicar os doadores já existentes das ações das entidades. Contudo a abordagem a novos colaboradores é menos eficiente,

DIVULGAÇÃO



“É impossível inspirar o doador sem ter paixão pela causa da organização”

Simon Collings dá palestra na 11ª Conferência Latino-Americana

porque é freqüentemente visto como um meio invasivo de captação. Na verdade, as instituições devem oferecer aos doadores a opção de receberem ou não os telefonemas. Devem fazer uso, ainda, de outras formas de comunicação, como a mala-direta, que é mais adequada para pessoas introvertidas e que não gostam da pressão de decidir imediatamente sobre a colaboração. Geralmente, elas preferem receber cartas para ter mais tempo de conhecer o trabalho da entidade antes de assumir o papel de doador.

Revista Filantropia: *O que é preciso para ser um bom captador de recursos?*

Simon Collings: Uma das características mais importantes é ter paixão pela causa da organização, caso contrário, será impossível inspirar o doador. O perfil também vai depender do tipo de atividade realizada. Se o profissional é daqueles que obtêm recursos junto a fundações, empresas e governo, e se envolve em apresentações, encontros e reuniões, então precisa ser extrovertido, confiante e dispor de técnicas de comunicação bem desenvolvidas. Agora, caso opte pelo envio de mala-direta, deve ter boa compreensão de dados e números, saber analisar resultados, porcentagem de respostas e doações, além de calcular custos de impressão e correio, entre outros, e de verificar o impacto disso no orçamento. Quem trabalha com essa técnica precisa sempre procurar o aumento do número de

respostas e doações e diminuir os gastos, a fim de ter retorno maior do investimento. De maneira geral, o captador necessita conhecer a fundo a performance financeira da ONG para explicar aos doadores não só os objetivos, mas a maneira como aloca os recursos. Também é preciso ser bastante crítico e analítico para testar diferentes mensagens e abordagens na obtenção de fundos.

Revista Filantropia: *O que o senhor pensa dos captadores autônomos? Como é possível estar comprometido com as causas ao se trabalhar simultaneamente com projetos de ONGs diferentes?*

Simon Collings: Esse tipo de atividade existe há muitos anos na Inglaterra e nos Estados Unidos e é opção para aquelas entidades que não dispõem de capital para pagar um profissional fixo. De fato, é fundamental que o indivíduo compartilhe dos valores e da visão das organizações com que trabalha. Para criar uma situação sustentável, a instituição precisa manter uma relação de longo prazo com os doadores e, por isso, deve ter cuidado ao contratar um captador autônomo que pode querer estabelecer objetivos a curto prazo. O ideal, portanto, é que a entidade faça um contrato para evitar possíveis problemas que possam comprometer o trabalho junto aos doadores. As associações também podem aproveitar o *know-how* dos captadores autônomos ao capacitar sua própria equipe.

Revista Filantropia: *Como é a melhor forma de remunerar um profissional autônomo de captação de recursos?*

Simon Collings: Não vejo problema, por exemplo, em pagar captadores por comissão ou dar um bônus por certa performance excepcional. Pode-se definir um pagamento básico complementado por incentivos como esses, dados como resultado pelo êxito do trabalho do captador. Um indicador a ser considerado é a relação de longo prazo com doadores. 

“Não vejo problema em pagar captadores por comissão ou dar um bônus por certa performance excepcional”

Se a sua entidade precisa

- ✓ Assessoria e auditoria de **Relatório e Balanço Social**
- ✓ Gestão e Controle de **Gratuidades**
- ✓ Auditoria Contábil e **Controles Internos**
- ✓ Apoio permanente ao gestor
- ✓ Segurança e tranquilidade frente às **normas legais**
- ✓ Equipe com profissionais com larga experiência junto ao 3º Setor

Sua entidade pode contar com a

AUDITUS

Consultoria & Auditoria Independente



WWW.
auditus
.com.br

Fone
(11) 3661-9933

Como desenvolver uma estratégia de Captação de

FONTE: PORTAL SETOR3:
WWW.SETOR3.COM.BR

Com este tema, o diretor-executivo da organização mundial *Resource Alliance*, Simon Collings, explicou aos participantes da conferência realizada em São Paulo a importância de as ONGs estabelecerem objetivos a longo prazo.

Segundo ele, a estratégia de captação de recursos deve fazer parte do planejamento global da entidade. Contar com o apoio dos funcionários e voluntários foi outra dica sugerida pelo diretor britânico.

financeiras para tal, incluindo quanto e em quê irão investir e quais seriam os custos essenciais.

2ª fase – Análise interna e externa

A primeira objetiva verificar quais são as atividades mais eficazes e aquelas que não o são. Para tanto, Collings indica alguns instrumentos, como a “Análise Fofa”, que define ameaças, oportunidades, os pontos fortes e fracos, ou a “Análise Pest”, que permite conhecer o ambiente no qual a entidade está inserida, apontando tendências que possam influir no desenvolvimento das ações e atividades.

A análise externa, por sua vez, tem o intuito de compreender o contexto político, econômico, social e as tendências tecnológicas da sociedade, ainda percebendo as ações das entidades com fins parecidos.

3ª fase – Gerando idéias

O diretor afirma que é necessário, em tal fase, levar em consideração todas as sugestões de ONGs parceiras e de funcionários e voluntários. As organizações também precisam adaptar idéias do setor comercial e ficar atentas às informações veiculadas nos meios de comunicação sobre ações que podem servir de exemplo.

4ª fase – Selecionando o portfólio

Nesse momento, devem-se avaliar todas as atividades oferecidas pela instituição e escolher quais realmente são apropriadas e estão ligadas à missão. “É importante que o portfólio traga, além das atividades que garantem a sustentabilidade da entidade, novas ações e tecnologias, buscando ampliar o número de ações efetivas oferecidas”, diz Collings.

5ª fase – Planejando e definindo os recursos necessários

Já aqui, o executivo sugere fazer planos de atividades com cronograma. É preciso que as entidades definam as capacidades que precisam ser desenvolvidas e verifiquem se as ações estão dentro do previsto no orçamento e fluxo de caixa, além de fazer uma análise de riscos com a intenção de antecipar os possí-



11ª Conferência de Mobilização de Recursos no Senac

Na opinião dele, com a adoção do plano apresentado em sua palestra, a ONG consegue focalizar as próprias ações; criar sinergia entre as diferentes atividades a que se dedica, além de maximizar o retorno dos investimentos; gerenciar os possíveis riscos e promover sustentabilidade financeira. No entanto, alerta ainda que, antes de iniciar o processo, a instituição precisa comunicar de forma transparente sua missão e objetivos e definir quem será o responsável pela área.

De acordo com a estratégia, há seis etapas a se seguir, lembrando que o processo é dinâmico e requer, portanto, a análise e a avaliação das entidades.

1ª fase – Tornar claros os objetivos e necessidades da organização

As ONGs devem se pautar pela própria missão e definir o que querem alcançar nos próximos cinco anos, além das necessidades

Recursos

veis problemas que podem ocorrer durante as atividades e definir estratégias de como resolvê-los.

6ª fase – Monitoramento

A fase final trata do monitoramento de tudo o que foi realizado até então. Simon esclarece que o objetivo é manter um ciclo de análise constante e utilizar o que foi aprendido no processo: “É preciso buscar metodologias que melhorem as atividades. A organização deve parar por um tempo, mesmo que um ano depois do início desse processo, e refletir sobre tudo isso, principalmente sobre suas ações”.



Grupo Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

► **Contabilidade de entidades do 3º Setor**

► **Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista**

► **Assessoria em departamento pessoal**

► **Assessoria filantrópica em assistência social**

37 anos de exclusivo compromisso com as entidades religiosas e beneficentes de assistência social

www.sergiomonello.com.br

Fone: **(11) 3872-1195**

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 01150-001

Teia. SOCIAL

DANIELA TCHERNIACOWSKI

O papel social da mídia

A última série do especial Teia Social trata da atuação da mídia brasileira nas questões sociais e ambientais e de como tais assuntos vêm tomando importância nas pautas dos veículos de comunicação.

A crescente demanda por matérias de enfoque socioambiental também tem contribuído para jornalistas repensarem seus papéis enquanto interlocutores e formadores de opinião, além de co-responsáveis – junto ao governo, empresas e Terceiro Setor – pela busca de soluções para os problemas brasileiros. Ao abordar, por exemplo, o trabalho infantil ou o comércio ilegal de mogno na Amazônia, órgãos de imprensa podem colocar em debate aspectos como os direitos das crianças e dos adolescentes ou o impacto ambiental, econômico e social causado pela extração irregular da madeira.

Ao mesmo tempo, o profissional de comunicação abre espaço para entidades sem fins lucrativos, ajudando a mantê-las operantes, uma vez que a divulgação do trabalho das mesmas atrai a atenção de doadores.



Num momento em que o Brasil começa a perceber a força conjunta entre empresas, sociedade civil e Estado, é preciso que a mídia também se utilize de sua grande capacidade de penetração e repercussão, para desenvolver campanhas, apoiar causas, educar e conscientizar.

"(...) não se resgata uma dívida de dimensões tão esmagadoras sem uma ampla e continuada mobilização dos mais diversos setores da sociedade – o que só é possível com a participação plena dos meios de comunicação de massa." A afirmação de Veet Vivarta, diretor-editor da ONG Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), define bem essa proposta.

Fundada em 1992, a ANDI oferece à mídia fontes estratégicas e informações exclusivas, reconhecendo ainda os profissionais que se destacam na cobertura sobre a infância, pelo Projeto Jornalista Amigo da Criança. "São pessoas selecionadas que passam a receber informações privilegiadas por meio de materiais produzidos pela Agência, além de participar de oficinas de mídia e receber publicações temáticas especiais", explica Daniel Gonçalves de Oliveira, editor de pautas da organização.

Graças ao trabalho da ANDI e do crescimento do interesse da mídia sobre assuntos socioambientais, muito já foi feito nesse sentido, mas está longe de ser

o suficiente, conforme indica a maioria dos entrevistados.

"O jornalista precisa ser estimulado a desenvolver uma visão sistêmica e perceber que ela será mais facilmente replicada com a contribuição da mídia", afirma André Trigueiro, apresentador do canal GloboNews.

Ele e Daniel integram o time de profissionais convidados para falar da função social da mídia e de sua relevância para provocar mudanças no contexto brasileiro. O grupo ainda é composto por Amália Safatle, da revista Carta Capital; Heródoto Barbeiro, da rádio CBN e TV Cultura; Marcio Pessôa, da Cultura FM e Guaíba AM (RS); e Zeca Almeida Prado, da 89FM.

Novos valores

Como vimos na primeira matéria deste especial, em meados dos anos 80 a sociedade civil brasileira começava a se organizar melhor, dada a imobilidade do governo na solução de problemas que até hoje afligem o País.

Nesse sentido, o significativo trabalho das ONGs vem permitindo maior credibilidade e respaldo da mídia. Foi também devido à pressão dessas entidades sobre o impacto das empresas na comunidade e no meio ambiente que se iniciou um movimento fundamental. Ou seja, ser socialmente responsável começava a fazer parte da agenda dos executivos, que sentiram necessidade de aliar práticas cidadãs à estratégia de negócio, como reflexo de uma nova realidade mundial de mercado.

No Brasil, esse conceito encontrou maior expressão na década de 90, principalmente por iniciativa de organizações como o Instituto Ethos.

Evidentemente, a mídia não poderia estar de fora deste fenômeno. Sua contribuição no fomento de corporações socialmente responsáveis ganhou importância, por exemplo, a ponto da rádio CBN dispor de várias incursões sobre cidadania empresarial, com o apoio do Ethos. O movimento de Responsabilidade Social também mereceu especial atenção da revista Carta Capital, que chegou a dedicar um caderno inteiro sobre o tema.

Porém, apesar de não ser mais novidade, os jornalistas continuam pecando ao abordar atividades sociais de empresas, como declara Amália Safatle, editora da Carta Capital: "Muitos não sabem identificar o que é ou não notícia. Além disso, confundem ação social efetiva com estratégia institucional".



Amália Safatle, editora da Carta Capital

Responsabilidade social em pauta

Segundo Amália, o assunto traz muitas dúvidas: "Os jornalistas estão com medo de se enganar, de ajudar quem não está verdadeiramente interessado nas causas". E não é à toa, já que se sabe haver muita conversa e pouco engajamento, como alerta Daniel Oliveira, da ANDI. "Muitos executivos são seduzidos por um forte discurso de que é lucrativo ser socialmente responsável. Ser conquistado por esse argumento, e não pelo compromisso social, é um equívoco, pois passa a ser investimento financeiro".

Por outro lado, é preciso reconhecer que tanto as companhias quanto os próprios jornalistas precisam amadurecer o debate. Ao menos numa questão todos os profissionais de imprensa concordam: faturando alto ou não, as empresas ditas cidadãs vão ter de prestar contas a toda a sociedade. "O lucro é legítimo, desde que conciliado a resultados sociais ou ambientais concretos. O jorna-

lista deve saber enxergar essas diferenças e cobrar por elas", diz a editora da Carta Capital.

Se depender do gaúcho Marcio Pessôa, um futuro farto de denúncias não deve demorar a aparecer, em particular sobre corporações "amigas da natureza". Vencedor da 3ª Edição do Prêmio Ethos de Jornalismo, pela Rádio FM Cultura, ele compõe a equipe que realizou a reportagem "Quem é Quem no Marketing Ecológico". O trabalho aborda a questão das companhias que ainda utilizam a bandeira ecológica para promover seus produtos e aumentar o prestígio diante dos consumidores. "Se fosse apresentada a verdade sobre o quanto algumas organizações prejudicam o meio ambiente e a saúde das pessoas, ao mesmo tempo em que dizem investir em projetos ecológicos, garanto que a pressão do consumidor seria muito maior".



Daniel Gonçalves de Oliveira, editor de pautas da ANDI

Jornalismo e ética

Infelizmente, segundo Pessôa, o setor de comunicação muitas vezes se torna cúmplice de estratégias de puro marketing social. "A mídia estimula o empresário a ter uma postura socialmente fajuta quando divulga esse tipo de ação e desativa o próprio senso crítico jornalístico". Para ele, o maior motivo está na veiculação de matérias pagas e no medo de perder cotas de publicidade. "Em praticamente todos os casos, o patrocinador é mais importante que a informação, o que acarreta a supressão de denúncias que podem prejudicar a imagem de quem patrocina o meio de comunicação", alfineta.

Já na opinião do editor de pautas da ANDI, se uma pessoa é impedida pela empresa onde trabalha de veicular determinada notícia, ela tem apenas uma coisa a fazer. "Basta passar a história para outro jornalista, pois divulgar algo de interesse público é obrigação ética".

Essa já era uma exigência do Código de Ética, criado em 1987, durante Congresso Nacional de Jornalistas. Ele coloca, entre outros pontos, que o acesso à informação pública é direito inerente à condição de vida em sociedade. O documento diz ainda que a notícia divulgada se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo. Deixa claro, principalmente, que a obstrução, direta ou indireta à livre divulgação da informação, e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

Em relação ao jornalista, o código define que é seu dever lutar pela liberdade de pensamento e expressão, defender o livre exercício da profissão, além de combater e denunciar todas as formas de corrupção. No entanto, a rotina das redações prova que a realidade é bem mais complexa, o que torna difícil seguir a lei à risca.

Ética na propaganda

Pelo menos no que se refere à publicidade, a discussão sobre ética parece mais avançada. Órgãos como o Conar, ABA, Abap, APP, entre outros do setor têm sido fundamentais para regulamentar a propaganda feita no Brasil.

A forma como as empresas divulgam seus produtos e serviços, comunicam-se com consumidores ou mesmo apresentam sua imagem institucional também tem sido material de debate, há cerca de um ano, do Instituto Ethos. "A propaganda é a última instância de responsabilidade social na estratégia das empresas", afirma Leno F. Silva, gerente de comunicação do Ethos.

Entre as atividades promovidas, Leno destaca o encontro realizado em abril deste ano, em parceria com a Abap – Associação Brasileira das Agências de Publicidade e a APP – Associação dos Profissionais de Propaganda, sobre o impacto da gestão socialmente

responsável das empresas nas campanhas publicitárias. Um dos palestrantes, Luiz Celso de Piratininga, 1º vice-presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), ressaltou a atuação do conselho por "zelar pela ética dos anúncios veiculados e criar critérios e padrões para que a propaganda sirva sempre como instrumento de informação verdadeira para a população e o público".

Exemplo disso foi uma das últimas determinações em relação às propagandas de bebidas, que recomenda, entre outras coisas, a não utilização de recursos que possam despertar a curiosidade ou atenção de menores. Exige também que, qualquer pessoa que figure em anúncios do setor deverá ser e parecer maior de 25 anos. Especificamente para as cervejas e vinhos, o código diz para evitar a exploração do erotismo em peças publicitárias de TVs abertas ou por assinatura.

Combate à baixaria na televisão

É justamente aquilo que é veiculado diariamente na TV aberta que mais preocupa os profissionais de mídia dedicados à qualidade e ética.

Programas diversos, em especial os dominicais e de auditório, são os maiores alvos por geralmente fazerem apologia à violência, discriminação racial, sexual e religiosa, expor indevidamente crianças e adolescentes, deficientes, consumidores de drogas e portadores de HIV etc.

Dispostas a reverter tal quadro, diversas entidades vêm mobilizando a sociedade, fazendo pressionar os meios televisivos. Uma delas é a Comissão de Direitos Humanos (CDH), da Câmara dos Deputados, que, a partir da iniciativa intitulada "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", lançou uma cartilha para estimular instituições e cidadãos a denunciar toda espécie de programação que vá contra a ética e a cidadania. Segundo o Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), presidente da CDH, a campanha é uma alternativa efetiva aos constantes apelos e tentativas de negociações com empresas, que até o momento não têm se mostrado sensibilizadas. "Pelo contrário, as reações costumam ser o desprezo arrogante, o cinismo e o silêncio", revela.

Criada há cerca de um ano, a campanha parte da premissa de que as empresas de publicidade são responsáveis pela programação que apóiam por meio de suas verbas publicitárias. A ação da Câmara dos Deputados também se baseia na omissão das autoridades públicas face aos abusos cometidos, "enquanto que a sociedade não dispõe de instrumentos para defender seus legítimos interesses sobre o espaço de concessão pública de comunicação de massas", afirma o deputado.

O que acontece na TV também deve servir para que a sociedade e, principalmente, jornalistas e proprietários de veículos de comunicação possam refletir sobre a realidade desses meios. "Ética, cidadania, voluntariado, preservação do meio ambiente e reciclagem de lixo são questões levantadas, na maioria das vezes, pela própria redação", diz Marcio Pessôa.

O assunto ainda é mais polêmico quando se volta para o público interno: basta ver a má fama



Marcio Pessôa, da Cultura FM e Guaíba AM

que as redações conquistaram pelo clima tenso e competitivo, especialmente em época de cortes, como a atual.

A situação econômica dos meios de comunicação, entretanto, é justamente um dos principais empecilhos para a associação da mídia aos indicadores socialmente responsáveis, na opinião de Amália. "Com problemas financeiros tão graves para resolver, isso soa como adereço".

Efeitos da crise da mídia

Quem também chama atenção para este fato é a ANDI em seu relatório Infância na Mídia. Realizado anualmente, é resultado de uma análise quantitativa e qualitativa acerca das reportagens que enfocam crianças e adolescentes, a partir de clipagem e monitoramento do que é produzido pela imprensa nacional (jornais e revistas).

Segundo o mais recente (2002/2003), feito em parceria com o Instituto Ayrton Senna, houve, em 2002, um pequeno aumento (3,52%) no número de reportagens veiculadas pelos 50 principais jornais brasileiros em comparação ao ano anterior, se considerarmos que, de 1999 para 2000, o crescimento foi de 32%, e de 2000 para 2001, 17%. De acordo com a publicação, essa desaceleração pode estar atrelada, entre outros fatores, à crise econômica que tem atingido o setor nos últimos anos.

Dados da Fenaj – Federação Nacional de Jornalistas – apontam que 599 vagas foram fechadas em 2001 e 194, no primeiro semestre do ano passado. "Muitos jornalistas especializados na área social estão sendo demitidos, o que é um grande prejuízo para o debate do tema", diz Daniel.

Se quantitativamente as matérias decepcionam, na questão da qualidade ocorre o oposto, com avanço no enfoque sobre a violência e maior equilíbrio das fontes escolhidas.

Jornalista defende visão sistêmica da realidade

De uma maneira geral, pautas voltadas para questões sociais e ambientais ainda têm muito a melhorar. Daniel Oliveira, por exemplo, revela encontrar textos bastante parciais e até mesmo emotivos, com falhas nas apurações. "Ao contrário do que muitos imaginam, essa postura não colabora em nada para o fortalecimento das entidades do Terceiro Setor".

Já Pessoa acredita que os veículos ainda não perceberam a importância do setor para a transformação da sociedade: "O jornalismo feito no Brasil é muito viciado nas pautas governamentais e deixa de enfatizar a cidadania e as iniciativas das ONGs".

O crescimento do número de matérias relacionadas às organizações sem fins lucrativos e a melhoria da qualidade destas dependem, primordialmente, do desenvolvimento de um novo olhar não só da mídia mas de toda a sociedade, na opinião de André Trigueiro.

Apresentador e repórter do Jornal das Dez do canal de TV GloboNews e pós-graduado em Meio Ambiente, o jornalista tem se destacado dentro e fora das telas. Neste ano recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo na categoria Televisão e o V Prêmio Imprensa Embratel, ambos pela série *Água – o desafio do século XXI*. "O programa bate de frente com o modelo atual de agribusiness, porque mostra, por exemplo, que o Brasil se fez campeão em exportação de grãos em cima do desperdício de mais da metade da água utilizada na irrigação".

Outros trabalhos consagrados de Trigueiro são as séries produzidas, roteirizadas e apresentadas por ele como *Fogo na Floresta: o país das queimadas*, *Planeta Estufa*, *Brasil: um país e o futuro* e *Rio+10*. Consultor e articulista do site Ecopop (www.ecopop.com.br),

projeto da ONG Viva Rio, é também voluntário da rádio Viva Rio, na qual apresenta o Programa Conexão Verde.

Recentemente, lançou o livro *Meio Ambiente no Século XXI* (saiba mais na seção **Serviços**), tendo sido organizador e um dos autores junto a outras reconhecidas personalidades relacionadas a essa temática, como a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que assina o prefácio.

No capítulo de sua autoria, André afirma que é preciso reverter a ideia da sociedade de que meio ambiente é sinônimo de fauna e flora. Tal pensamento é um dos resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), realizada por Samyra Crespo (que também participa da obra). "A diferença entre fauna e flora e meio ambiente é ponto fundamental na comunicação, pois obriga os profissionais de mídia a perceberem a realidade de uma forma inteiramente nova e, sob alguns aspectos, revolucionária", complementa o jornalista. Para tanto, Trigueiro defende uma visão holística sobre as questões ambientais, explicando que ela abre as portas e se interliga com outros aspectos: econômicos, sociais e políticos. "Quando falamos no trânsito caótico que mata e polui, no saneamento, na água, estamos tratando de meio ambiente", declara.

Segundo ele, o papel do jornalista é fundamental para estimular uma abordagem mais aprofundada e promover valores mais solidários, centrados no coletivismo e no bem comum. "Os profissionais de comunicação devem resgatar um valor que está sendo muito desprezado, o da vida em sociedade".

Ainda chama atenção para a necessidade de se construir modelos sustentáveis que possam garantir um futuro melhor no planeta: "É preciso entender que os recursos naturais não são infinitos. Por isso, o profissional de imprensa precisa inserir esse debate pensando no nosso legado para as próximas gerações. Esse é o aprendizado para o século 21".

Ele acredita, entretanto, que não se pode sobrecarregar a mídia com essa função, pois é dever de toda a sociedade ampliar as discussões.

Nesse sentido, tanto a escola quanto a universidade são fundamentais na formação de pessoas mais conscientes.

No caso da imprensa, é o que poderia ajudar a despertar futuros profissionais cidadãos, como sugere Marcio Pessoa. "Se as grades curriculares focassem mais a cidadania, o jornalista poderia se dar conta de seu papel, que é o de fazer justiça social".

André Trigueiro
jornalista





Zeca Almeida Prado,
diretor de assuntos corporativos da rádio

Uma das rádios de maior audiência entre o público jovem, a 89FM é pioneira em promover valores cidadãos para seus quase 2 milhões de ouvintes. Desde que foi criada em 1985, a "Rádio Rock" já trazia boletins com enfoque na conscientização ambiental pelo Programa Ação Natural, que volta a constituir a grade, e orientações contra a Aids. "Faz parte dos princípios do rock'n'roll ter uma atitude mais engajada", diz Zeca Almeida Prado, diretor de assuntos corporativos da rádio.

Segundo ele, artistas do calibre de Bono Vox, do U2, e do ex-Police, Sting, sempre estiveram empenhadas em causas sociais ou ambientais. "Os jovens costumam se inspirar nesses exemplos, pois estão buscando valores. A rádio, nesse sentido, também funciona como uma referência na formação de nossos ouvintes", explica o jornalista.

Apesar disso, a maioria das emissoras FM ainda não acordou para tal responsabilidade e continuam oferecendo uma programação de má qualidade. "As FMs costumam ridicularizar o ouvinte, fazer piadas de mau gosto e até colaborar para aumentar preconceitos", comenta. É na contramão disso que a 89FM desenvolve diversas ações com foco na educação. Uma das campanhas, em parceria com entidades pedagógicas e ONGs, como a Escola Aprendiz, é voltada para escolas públicas e privadas, baseada em atividades musicais, ambientais, jogos e brincadeiras. "São formas mais divertidas de aprendizado", explica Zeca.

Para estimular o trabalho voluntário entre os funcionários e, ao mesmo tempo, formar novos técnicos de rádio, a 89FM conta com o Projeto Rádio Ativo, que inclui noções de cidadania e ética. Agora, está se associando ao Instituto Ethos para sistematizar e estender suas ações para as FMs Alpha e Nativa, outras emissoras do Grupo Camargo de Comunicação.



O jornalista Heródoto Barbeiro

Jornalista engajado

Com mais de 25 anos de carreira, Heródoto Barbeiro acumula atualmente os cargos de gerente de comunicação do Sistema Globo de Rádio, apresentador da rádio CBN e do Jornal da Cultura (TV Cultura). É ainda colunista do jornal Diário de São Paulo, da Revista Imprensa e do portal America Online. Ele vem acompanhando de perto a evolução da cobertura socioambiental, tendo como referência o próprio trabalho que realiza na TV e no rádio. "O papel da mídia tem sido decisivo para estimular a vida comunitária e promover mudança de comportamento", diz. Ele mesmo é prova disso. Dono de um sítio localizado no Distrito de Taiapuêba, na periferia de Mogi das Cruzes, Barbeiro decidiu beneficiar a comunidade local, marcada pela pobreza e violência, fundando, junto com outros proprietários de terra e moradores, a ONG Sociedade Amigos de Taiapuêba (SAT), na qual atua como diretor. Em reconhecimento a seu trabalho, a Câmara Municipal da cidade lhe outorgou o título de Cidadão Mogiano. "Percebemos que poderíamos mudar o quadro da região". Entre suas ações, o jornalista orgulha-se de ter ajudado a construir uma creche para 50 crianças e por realizar eventos baseados na cidadania. "O processo natural de engajamento não está só nas pautas, mas em ajudar efetivamente as pessoas e poder sentir prazer nisso", declara o jornalista. ♪

- Planejamento estratégico, econômico e financeiro
- Estudos de viabilidade e análise financeira de projetos
- Planejamento orçamentário e fluxo de caixa
- Formação de preços e gestão de custos
- Negociações e diagnósticos empresariais
- Redesenho de processos e fluxos de informações
- Capacitação e qualificação técnica em administração e finanças
- Auditoria de gestão

Principais áreas de atuação: Instituições de Ensino;
Prestadoras de Serviços; Entidades do Terceiro Setor



Av. do Contorno, 7069 - Sala 507 - Ed. Sérgio Martins - Savassi
Belo Horizonte / MG - Cep. 30110-110 - Fone/Fax: (31) 3297-2008 - email: jvem@uai.com.br

Longe da melhor idade

Descumprimento de ações já previstas pela Política Nacional do Idoso, que completa 10 anos, coloca em cheque recém-criado Estatuto do Idoso

Com a aprovação do Estatuto do Idoso, os brasileiros se vêem às voltas com a questão dos direitos de uma parcela da população muitas vezes relegada à indiferença e até mesmo aos maus-tratos de indivíduos, entidades assistenciais e órgãos públicos.

Segundo Serafim Fortes Paz, presidente da Associação Nacional de Gerontologia e membro da Comissão Nacional de Articulação da Política Nacional do Idoso, a sociedade e, em particular, as autoridades brasileiras, adiaram encarar o fato do envelhecimento populacional, apesar do alerta que vem sendo feito desde a década de 60 por organizações internacionais e nacionais justamente na perspectiva de evitar se chegar ao atual quadro caótico do idoso no País. "Para mudar tal situação, bastaria implementar as políticas intersetoriais previstas nas ações integradas da Política Nacional do Idoso (PNI) e incentivar a participação social dessas pessoas a se comunicarem com o mundo que as cercam", afirma.

Estatuto do Idoso não é primeira tentativa

Como se percebe, muito antes da criação do estatuto, outras leis já definiam diretrizes sobre direitos e proteção do idoso, como a PNI (8.842/94). "Essa lei irá completar 10 anos em janeiro de 2004, mas as ações dela continuam pulverizadas, fragmentadas e isoladas. Exemplo disso é o Conselho Nacional do Idoso previsto pelo texto, que não foi criado até hoje", diz Serafim.

Também compartilha desta opinião Maria José Ponciano Sena Silvestre, coordenadora geral do Instituto Vivendo de Desenvolvimento Integral da Terceira Idade, entidade sem fins lucrativos que desenvolve obras nas áreas de interesse do idoso, contribuindo





Encontro do Fórum do Idoso no RJ

para o debate sobre a qualidade de vida no envelhecimento e o resgate da cidadania. Ela declara que “a PNI ainda não conseguiu ser implementada, apesar de ter sido um avanço ao prever a co-participação dos conselhos nacionais, estaduais e municipais na promoção social do idoso e relacionar as competências das áreas de saúde, educação, habitação e respectivos órgãos”.

Segundo a coordenadora, entre as disposições desse documento, destacam-se o estímulo à fundação de locais de atendimento, como centros de convivência, de cuidados diurnos, casas-lares e oficinas de trabalho; a criação de universidade aberta para a terceira idade; formas de impedimento da discriminação ao idoso e a participação do mesmo no mercado de trabalho. “O que existe na prática é muito pouco. O poder público deve atender à legislação, instituindo mais conselhos de idosos, centros de convivência etc., além de fornecer condições legais e administrativas para que as pessoas nessa faixa etária possam ter garantidos os direitos referidos”, completa.

Sistema público é alarmante

A saúde pública e o INSS são outros pontos críticos nos quais o governo terá de repensar se quiser oferecer bom atendimento e uma vida mais tranqüila ao idoso. “O setor de saúde vem sofrendo cortes e restrições nos últimos anos, agravando o quadro principalmente para os carentes. No caso do INSS, mais de 60% dos aposentados que dependem do benefício mal conseguem cobrir as despesas com medicamentos”, comenta Serafim.

E o resultado da crise nessas áreas já é conhecido: hospitais e postos de saúde lota-

dos, sem leitos e com longas filas de espera para a marcação de consultas, escassez no número (e na motivação) de profissionais, falta de remédios etc. A tendência é apenas piorar com o passar do tempo, com o aumento do número de pessoas na terceira idade, como lembra Maria José: “O crescimento desse público é um enorme desafio para o Brasil e representa fortes pressões sobre os sistemas de aposentadoria, saúde e assistência social”.

Entidades filantrópicas

Ao menos no que se refere ao trabalho das organizações sem fins lucrativos, o cenário é mais animador para os especialistas. A mudança no foco das atividades dos chamados grupos de convivência, por exemplo, vem sendo fundamental na criação de uma nova consciência. “Há uma preocupação maior em estimular a percepção da cidadania, que tem permitido transformar a auto-estima do idoso”, afirma a coordenadora.

Outro fator de destaque na atuação das ONGs está relacionado à importância no cultivo do corpo e da mente e no aspecto familiar e social. “O incentivo a fazer amigos e não ficar isolado também ajuda os idosos a conquistar melhor qualidade de vida e gozar de mais respeito social”, completa Maria José.

Já de acordo com Serafim, a existência de fóruns e conselhos de idosos, centros de convivência e de organizações como o SESC, principalmente nos grandes e médios centros urbanos, é ainda uma pequena mostra de programas e ações governamentais e não-governamentais que têm melhorado as condições desses indivíduos. No entanto, ele acredita que a criação de tais grupos e muitas

A necessidade de um trabalho junto à população é um dos motivos que vêm causando desconfiância por parte dos próprios idosos quanto à eficácia do estatuto



Serafim Fortes Paz, presidente da ANG

Se hoje se fala em exclusão social do deficiente físico, dos negros ou dos índios, os idosos também não ficam atrás, por estarem sujeitos ao preconceito e à discriminação

outras ações previstas pela PNI já deveriam ter sido implantadas, evitando situações graves enfrentadas atualmente pelos mais velhos: "Nos últimos anos, temos assistido a calamidades que beiram a barbárie, como mortes em clínicas e episódios desumanos em asilos".

Denúncias contra maus-tratos

O volume de denúncias recebidas pelos poucos serviços de proteção aos idosos (como o Ligue-Idoso, no Rio de Janeiro; o Disque-Denúncia, a Delegacia de Proteção ao Idoso e o Setor de Atendimento ao Idoso) tem demonstrado o crescimento no índice de maus-tratos.

O Disque-Denúncia recebeu, somente em setembro deste ano, mais de 600 comunicados. Contudo, as ações ainda são muito limitadas, já que quase não existem unidades de atendimento especializadas. São Paulo, a maior cidade brasileira, dispõe somente de um órgão: a Delegacia de Proteção ao Idoso localizada no centro, que funciona de segunda à sexta-feira, das 9h às 18h, com um único delegado titular, oito investigadores – quatro inativos por doença ou próximos de aposentadoria – e duas viaturas.

Dados do Disque-Denúncia revelam ainda que não há infra-estrutura apropriada, de forma que a delegacia não consegue atender adequadamente aos denunciantes de todas as regiões de São Paulo e aos comunicados enviados pelo próprio serviço telefônico. Segundo os coordenadores do Disque-Denúncia, a maioria das informações que chegam é sobre abandono por familiares ou maus-tratos em asilos e casas de repouso. Os dados são repassados à Delegacia de Proteção ao Idoso, mas não há resposta se os casos denunciados foram resolvidos.

Conscientização de toda a sociedade

Apesar de todo o esforço já realizado por órgãos públicos e privados na luta por melhores condições de vida ao grupo da terceira idade, o cumprimento da legislação brasileira ainda vai depender muito da própria compreensão e apoio da sociedade. A necessidade de um trabalho junto à população é um dos motivos que vêm causando desconfiança por parte

dos próprios idosos quanto à eficácia do estatuto. "É preciso pensar se ele vai conscientizar as pessoas com relação aos direitos do idoso, que é cidadão como todos", alerta João Ignácio Villas Boas, de 73 anos, presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (entidade que representa 5.400 idosos). Ele põe em discussão o que talvez muitos ainda não tenham se dado conta: a maneira como a sociedade vê e trata os idosos.

Em São Paulo, por exemplo, é só fazer o teste. Entre num vagão lotado do metrô ou em qualquer outro transporte público e perceberá que a dúvida de Villas Boas é pertinente. A população realmente não respeita o idoso. Há pouco tempo, o metrô paulistano, numa tentativa de sensibilizar seus usuários – já não bastasse diferenciar com a cor cinza os assentos reservados aos mais velhos e a pessoas em outras condições e colocar um aviso logo acima –, chegou ao ponto de colar nas próprias cadeiras um adesivo chamando a atenção para aquilo que deveria ser prática de bom senso. E não pára por aí: até hoje se ouve os condutores alertando para o uso dos assentos especiais. Mesmo assim, ainda são muitos os que ignoram as recomendações de cidadania.

Falta de convivência intergeracional

O enorme distanciamento com pessoas de outras faixas etárias é outra realidade que preocupa Serafim e é responsável por grande parte do desrespeito da sociedade em geral. "Há uma perversa lógica de 'apartheid etário', que compromete a convivência intergeracional, a memória social e a troca entre gerações necessária para o idoso", revela o presidente da ANG.

Ele diz que, apesar disso, percebe atitudes de reconhecimento sobre aqueles com mais de 60 anos, no entanto, sentimentais ou de compaixão. Por outro lado, existem os que vêem o idoso como alguém incapacitado, improdutivo e não mais útil, que se torna dispendioso. Segundo Serafim, "há muito que fazer para romper esse imaginário social sobre o idoso, principalmente voltado aos mais pobres, geralmente doentes, analfabetos e dependentes de políticas públicas, que são bastante desprezados e passam por situações graves".



Se hoje se fala em exclusão social do deficiente físico, dos negros ou dos índios, os idosos também não ficam atrás, por estarem sujeitos ao preconceito e à discriminação. "Aos 40 anos, a idade já é um peso no mercado de trabalho, o que acaba causando sofrimento e angústia", diz Maria José. Ela confirma que a obsolescência do conhecimento é o principal motivo, daí ser vital a constante atualização e reciclagem como formas de retardar tal processo. "A II Assembléia sobre Envelhecimento da ONU recomendava aos países saber aproveitar a capacidade e experiência dos mais velhos, pois é preciso enxergar o valor da sabedoria", completa.

Mudar a visão das pessoas sobre os idosos, portanto, é somente uma questão de informação. Nesse sentido, o Estatuto do Idoso pode ajudar ao instituir currículos escolares na área de Gerontologia.

Se mais esse dispositivo criado pelo governo realmente terá êxito, somente o tempo dirá. É sempre bom lembrar, entretanto, que quem não dispõe de muitos anos de espera é o próprio idoso. "Para assegurar condições dignas aos 14 milhões de idosos presentes e aos prováveis 34 milhões nos próximos 25 anos, é preciso aplicar logo as políticas públicas e incentivar a sociedade a ser uma verdadeira aliada ao fazer com que os idosos saiam da condição de coadjuvantes e passem, reconhecidamente, ao papel de protagonistas de sua história e cidadania", conclui Serafim.

ALGUNS BENEFÍCIOS IMEDIATOS PREVISTOS PELO ESTATUTO DO IDOSO

- desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas, além da gratuidade nos transportes coletivos públicos para os maiores de 65 anos. A legislação local poderá dispor sobre gratuidade também para as pessoas de 60 a 65 anos;
- a idade para requerer o salário mínimo estipulado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) cai de 67 para 65 anos;
- determinação do reajuste dos benefícios da aposentadoria na mesma data do reajuste do salário mínimo, porém com percentual definido em regulamento;
- prioridade na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligências judiciais nos quais indivíduos acima de 60 anos figurem como intervenientes;
- adequação de concursos e processos de seleção para que empresas prestadoras de serviços públicos tenham em seus quadros no mínimo 20% de trabalhadores com mais de 45 anos de idade;
- quanto aos planos de saúde, o estatuto veda a discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, determinando ainda ao poder público o fornecimento gratuito de medicamentos, assim como de próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;
- prioridade para a compra de moradia nos programas habitacionais, mediante reserva de 3% das unidades. Está prevista ainda a implantação de equipamentos urbanos e comunitários voltados a essa faixa etária;
- no caso do transporte intermunicipal e interestadual, ficam reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e desconto de 50% para aqueles de mesma renda que excedam a essa reserva;
- o estatuto também regulamenta direitos, determina as obrigações das entidades de atendimento aos idosos e prevê penalidade de 6 meses a 12 anos por maus-tratos, abusos, apropriação indébita dos salários e abandono de idosos.



Grupo de Conselheiros do Instituto do Idoso

INFORMAÇÕES

- ☎ Ligue-Idoso: (21) 2299-5700
- ☎ Disque-Denúncia: 0800-156315 (Grande São Paulo e Jacareí) ou (11) 3272-7373 (interior do Estado de São Paulo e outros estados)
- ☎ Informações sobre envelhecimento: www.ciesnet.com.br
- ☎ Associação Nacional de Gerontologia: www.ang.org.br
- ☎ Instituto Vivendo: www.vivendo.org.br

Contabilidade Societária | Auditoria Contábil | Consultoria tributária, previdenciária e trabalhista | Especializada em entidades do 3º Setor

LTI

CONTABILIDADE, AUDITORIA
E CONSULTORIA

lmcontabilidade@terra.com.br - FONE FAX: 67 - 356-1527

Rua 13 de Junho, 3.256 - Monte Castelo - CEP: 79010-200 - Campo Grande - MS

Estatuto do Idoso

Em 1º de outubro deste ano, o presidente Lula sancionou a Lei 10.741/03, aprovando o festejado Estatuto do Idoso, que veio com a missão de discriminar o idoso do não idoso.

É de fato um avanço dos direitos humanos, embora existam arestas legais que mereçam reflexão, como o artigo 5º da Constituição Federal, que determina a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, incluindo a idade. Ao se comparar tal artigo com o referido estatuto, percebe-se a contrariedade de o primeiro não facultar à lei inferior o direito de discriminar pessoas. Referendar o Estatuto do Idoso, entretanto, é muito mais uma questão de cidadania do que de legalidade absoluta: a lei deve atender antes aos fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum¹, que propriamente a sua literalidade. Assim sendo, analisamos de forma sintética a abrangência de tal proteção.

Da idade mínima do idoso

A lei em estudo classifica como idoso todo aquele que tem, no mínimo, 60 anos.

Dos sujeitos da lei

Além do idoso, o estatuto também imprimiu a figura de novos sujeitos que são obrigados a respeitá-lo e assisti-lo, não sendo esse mais apenas tributo exclusivo dos familiares, mas da comunidade onde vive, da sociedade em geral (incluindo pessoas físicas e jurídicas) e do poder público, representado pelos poderes executivo, legislativo e até mesmo judiciário.

Dos direitos fundamentais amparados pelo estatuto

Direito à vida

Se Marx fosse vivo, concordaria conosco: no regime capitalista, quem não consome não é gente; em outras palavras, o idoso somente é respeitado de acordo com o calibre do próprio consumo, que varia conforme suas posses.

Logo no capítulo I do estatuto, notamos

que ele veio para disciplinar a metamorfose desse conceito, pois cabe indiscriminadamente a todo idoso o direito à vida.

Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

Apesar de redundante, já que a Constituição Federal já garante tais direitos, a lei em estudo afirmou os mesmos com mais veemência, atribuindo ao Estado e à sociedade a obrigação de assegurar ao idoso direitos civis, políticos, individuais e sociais.

Destacam-se o direito da inviolabilidade física, psíquica e moral e a vedação ao tratamento desumano, violento, aterrador, vexatório ou constrangedor, o que abrange a preservação da imagem, identidade, autonomia, valores, idéias e crenças, espaços e objetos pessoais.

Alimentos

O Código Civil diz que os parentes podem, entre outros, pedir uns aos outros alimentos de que precisem para viver de modo compatível com sua condição social, inclusive para atender às próprias necessidades de educação.

Apesar de o diploma civil não excluir o idoso, o estatuto adicionou ao Estado a obrigação de prover seu sustento, caso os familiares não tenham condições de ajudá-lo. Esse encargo poderá ser exercido por meio das organizações não-governamentais, em contrapartida ao não pagamento de impostos.

Direito à saúde

Não é novidade que o atendimento ao idoso, a exemplo daquele que não pode pagar uma consulta médica ou comprar medicamentos, deve ser prestada pelo Estado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) ou pelas entidades filantrópicas de saúde.

Importante ressaltar o descaso de várias faculdades de medicina que sequer possuem especialidade em geriatria e gerontologia. Cabe ao Estado exigir que

as instituições de ensino apropriem seu currículo para a formação de profissionais qualificados na área.

As novidades são o atendimento domiciliar àqueles impossibilitados de se locomover; a acomodação de acompanhantes nos hospitais e a proibição da discriminação na cobrança dos planos de saúde.

Particularmente nesse ponto, a norma representa grande avanço. A implantação dela, contudo, não está restrita à lei, mas sim a recursos suficientes para tal.

Educação, cultura, esporte e lazer

Outra função do Estado é criar oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. Ainda: o órgão não deve ofertar tais condições apenas por meio da rede pública de ensino, mas exigir também das instituições sociais igual preparo.

O estatuto ainda proporciona desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, esportivas e de lazer.

Profissionalização e trabalho

A especial melhoria no assunto foi a vedação à discriminação e à fixação de limite máximo de idade para concursos, exceto nos casos em que a natureza do cargo exigir. Outra vantagem no que diz respeito a concursos é que o critério de desempate será a idade, privilegiando os mais velhos.

Previdência Social

O reajuste dos valores dos benefícios concedidos ocorrerá na mesma data de reajuste do salário-mínimo.

Assistência Social

A partir de agora, é assegurado ao idoso acima de 65 anos (e não mais 67) que não tenha como prover a própria subsistência, nem tê-la provida pela família, o benefício mensal no valor de um salário-mínimo nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)².

Referendar o Estatuto do Idoso é muito mais uma questão de cidadania do que de legalidade absoluta

Habitação

O idoso tem direito à moradia digna, seja no seio familiar ou em instituições públicas e privadas, que são obrigadas a manter rígido padrão de higiene e de alimentação regular. A assistência integral por entidades será prestada se não houver grupo familiar que ampare.

Transporte

Aos maiores de 65 anos fica garantida a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. No caso de transporte coletivo interestadual, ficarão reservadas duas vagas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Excedendo esse número de vagas, os demais terão desconto de 50% na passagem.

Essa é uma inovação sem precedentes em nossa legislação, que confere liberdade e independência de locomoção para quem tem renda tão limitada.

Medidas de proteção

As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nessa lei forem ameaçados ou violados. O objetivo é fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Cabe ao Ministério Público e ao Poder Judiciário a devida atenção a tais direitos e, no caso concreto, o requerimento de medidas a serem aplicadas, que podem ser diversas, como o encaminhamento para abrigo em entidade.

Política de atendimento ao idoso

Esta política se dará pelo conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, seguindo as linhas de ações previstas na lei, como políticas sociais básicas.

Entidades de atendimento ao idoso

Tais instituições responderão pela manutenção das próprias unidades. Elas

precisam inscrever seus programas junto aos órgãos municipais e estaduais, especificando os regimes de atendimento.

O estatuto assegura ainda assistência judiciária gratuita às instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso.

Fiscalização das entidades de atendimento

As instituições serão rigidamente fiscalizadas pelo Ministério Público, Vigilância Sanitária, Conselho do Idoso e outros organismos previstos em lei. Se descumprirem as normas estabelecidas, serão penalizadas, havendo inclusive a responsabilização criminal dos dirigentes ou prepostos. As ONGs poderão ser punidas com suspensão parcial ou total de repasse de verbas públicas e até mesmo sofrerem a interdição da unidade, além da suspensão dos programas assistenciais.

Acesso à justiça

O procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil será aplicado naquilo que não contrarie os prazos do estatuto. Resta ao Poder Público a criação de varas especializadas de atendimento ao idoso. Há ainda a prioridade na tramitação de processos em que idosos figurem como parte ou interveniente. A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do companheiro(a) com mais de 60 anos. Tal previsão abrange tanto processos judiciais quanto administrativos.

Proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos

Serão aplicadas multas severas quando houver condenação por ofensa aos direitos do estatuto. Os valores arrecadados serão revertidos ao Fundo do Idoso e ficarão vinculados à aplicação de melhorias nesse setor.



Crimes

O estatuto também inovou em uma seara pouco explorada ao criar tipos legais na penalidade por condutas contrárias a seus preceitos. Estabeleceu punições exemplares para coibir atitudes nocivas aos idosos, como a omissão de socorro; a submissão do idoso à condição desumana ou degradante; discriminação e abandono.

Diante da breve exposição, é preciso que haja uma reeducação social em relação aos idosos. A sociedade deve conscientizar-se da importância de tratá-los com respeito. Não é esmola, mas um direito, reafirmado pela nova norma.

Esperamos que o Estatuto do Idoso não passe de mais uma lei inócua e inoperante, pois envelhecer hoje é sinônimo de padecer, mas amanhã a justa velhice irá renascer. Acredite! 

Marcos Biasioli. Advogado e assessor jurídico de inúmeras entidades filantrópicas. Mestre pela PUC/SP, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado pela European University.

¹ DECRETO - LEI 4.567/42, ART. 5º, LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL
² LEI 8.742/93.

Auditoria do Terceiro Setor

Como as instituições devem agir para ficar dentro da lei e não perderem as características filantrópicas

Os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade formalizam a doutrina e teoria das ciências contábeis. Por isso, o cumprimento dos mesmos torna-se obrigatório aos que militam na área da auditoria contábil.

O Terceiro Setor precisa seguir tais princípios à risca, pois registra fatos administrativos. Assim, se não forem atendidos, podem ser desqualificados e perdem-se vantagens de imunidade, isenção de tributos e taxas de serviços.

O Código Tributário Nacional nomeia limitações tributárias e garantias à segurança jurídica e os itens definem como uma entidade deve se portar para continuar dentro da lei.

Entre os requisitos estão:

- afirmação de que uma instituição não produz lucro, somente déficit ou superávit;
- em caso de superávit, este deve ser aplicado na manutenção dos objetivos sociais;
- a entidade deve manter escrituração de receitas e despesas em livros que assegurem a exatidão das operações realizadas.

Aspectos legais da contabilidade no Terceiro Setor

A NBC – Norma Brasileira de Contabilidade – estabelece as regras contábeis e também avalia os controles no atendimento das normas essenciais de contabilidade. Tal órgão, juntamente com as resoluções¹ que disciplinam e padronizam esses princípios, consolida toda a estrutura contábil, independentemente do tamanho da empresa.

Empresas de pequeno porte

A natureza jurídica das empresas de pequeno porte é geralmente constituída como capital limitado ou pelo estatuto social. No caso do Terceiro Setor, são organizações sem fins lucrativos que se dedicam às áreas sociais, em especial à educação e à saúde. Normalmente buscam apoio governamental e privilégios de isenção ou imunidade.

Ministério da Justiça do Estado de São Paulo

A Procuradoria Geral da Justiça elaborou o Manual SICAPE, um sistema de cadastramento que funciona como um coletor de dados e tem como função aperfeiçoar, simplificar e padronizar o processo de prestação de contas das entidades do Terceiro Setor de direito privado e de interesse social.

As instituições, pela natureza das áreas que operam, sofrem forte fiscalização, pois são sociedades imunes e isentas de tributos e contribuições. O maior problema por elas enfrentado é a comprovação das aplicações dos recursos na gratuidade. Os órgãos que mais apresentam dificuldade são o INSS e o CNAS.

Definição da contabilidade no Terceiro Setor

O CFC – Conselho Federal de Contabilidade – é o órgão que define a contabilidade no Terceiro Setor. Nele existe uma resolução² que trata das organizações sem fins lucrativos e cita critérios de avaliação e registro dos componentes, variações patrimoniais, estrutura das demonstrações contábeis e informações mínimas a serem divulgadas nas notas explicativas.

Os princípios fundamentais de contabilidade também valem para entidades filantrópicas. Por isso, as despesas e receitas devem

ser reconhecidas mensalmente e deve haver provisões ou reservas de contingência para suprir eventuais perdas patrimoniais. Além disso, as doações, subvenções e contribuições para custeio da instituição precisam ser registradas mediante suporte contábil e contabilizadas em contas de receitas. As contribuições patrimoniais devem ser contabilizadas como patrimônio social.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis organizadas pelas entidades sem fins lucrativos devem incluir: conceito, conteúdo, estrutura, divulgação pela NBC, na qual a conta de capital deve ser substituída por patrimônio social, e a nomenclatura das demonstrações, contábeis, que devem ser complementadas com notas explicativas.

Como se percebe, as entidades do Terceiro Setor são bem mais cobradas que outras e, certamente, exigem dos auditores algumas horas de trabalho a mais, além de maior capacitação do profissional.

¹ Contidas na Instrução Normativa da CVM 308/99, que complementam os pronunciamentos técnicos da Ibracon (Instituto Brasileiro de Contadores Brasileiros)
² Resolução 926/02



Nécio Stecca. Diretor técnico da SG – Auditores Independentes S/C, professor e autor dos livros *Quo-Vadis – Para onde vamos?*, *A busca da verdade sobre as religiões* e *Cálculos Financeiros para todo o Sistema Bancário*. manoa@uninet.com.br.



Grupo Arilton Portella

www.ara-atualiza.com

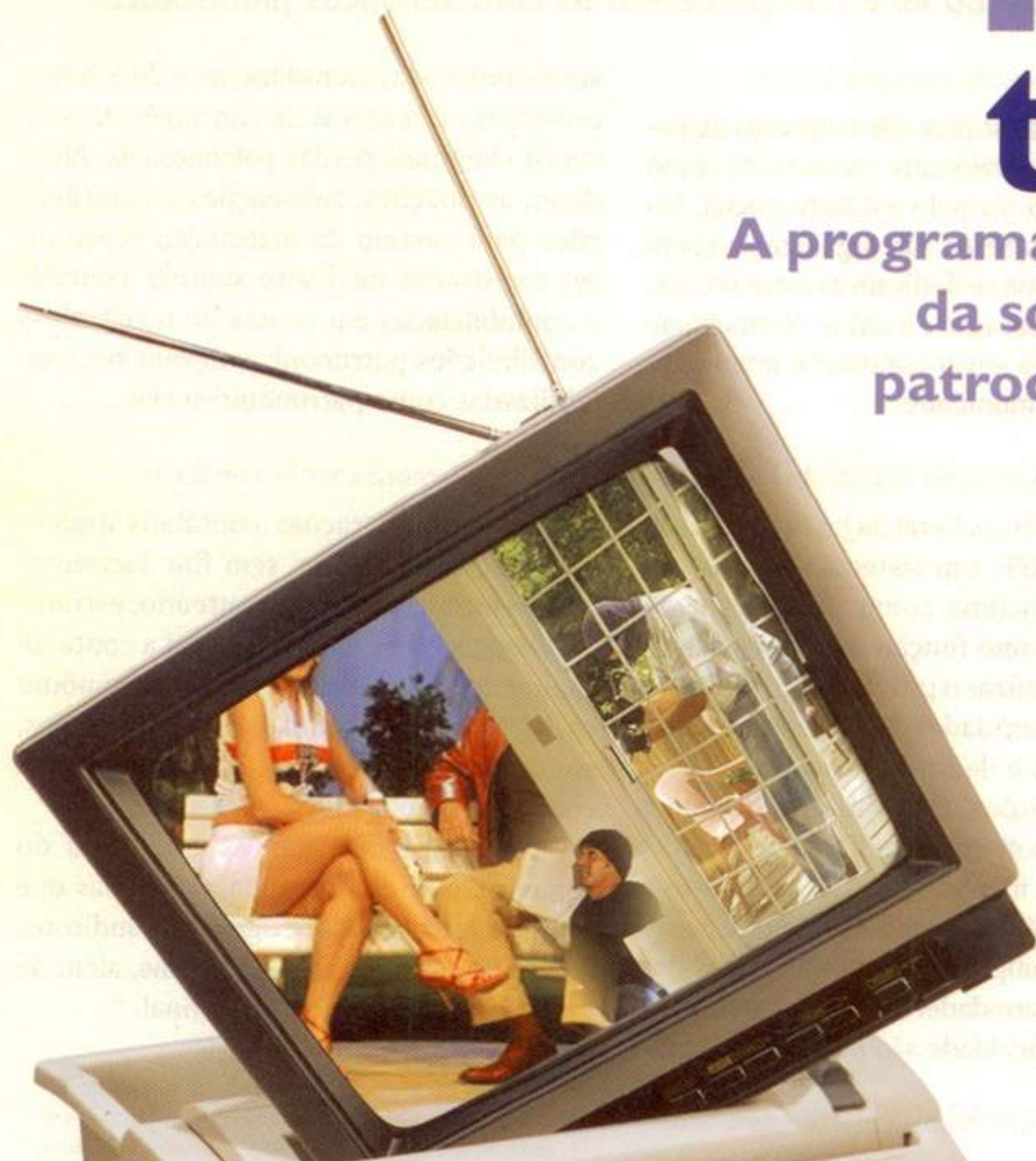
- ◆ Contabilidade entidades do 3º setor
- ◆ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ◆ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 – Vista Alegre
Curitiba – Paraná CEP 80820-580

Fone (41) 335-3437
Fax (41) 336-2814

o lixo televisivo

A programação da TV é responsabilidade da sociedade, das empresas que o patrocinam e até do Terceiro Setor



“Televisão é um invento que permite que você seja entretido na sala por pessoas que você não deixaria entrar em sua casa.” A afirmação de David Frost retrata com incrível fidelidade o que vem ocorrendo no Brasil, como a entrevista levada ao ar pelo programa Domingo Legal em 7 de setembro, comandado por Augusto Liberato. Na ocasião, falsos membros do Primeiro Comando da Capital, vulgo PCC (uma das mais cruéis facções criminosas do País), fizeram graves ameaças ao Padre Marcelo Rossi e a alguns apresentadores de TV que, a exemplo de Gugu, deixam a desejar quando os quesitos são qualidade, ética e respeito aos telespectadores dos programas que comandam.

Como era de se esperar, a imprensa promoveu um verdadeiro linchamento moral de Augusto Liberato, como se ele fosse o único culpado pelo lixo televisivo que a maior parte das emissoras de canal aberto costuma transmitir diariamente. Na realidade, Gugu pagou pelo que fez, pelo que não fez e, sobretudo, pelo que há tempos vem se fazendo na programação da TV brasileira. Foi mais uma atitude dissimulada da mídia, que sempre acobertou o referido apresentador da mesma forma como encobre costumeiramente outras personagens que usam e abusam da apelação, do sensacionalismo, da humilhação de humildes, do incentivo à violência e da difusão de desatinos semelhantes.

É fato: Gugu não é melhor nem pior que tantos outros integrantes de um sistema que exige a conquista de audiência, custe o que custar. Se analisarmos cuidadosamente, chegaremos à conclusão de que eles cumprem bem o papel de heróis das próprias emissoras, cujas principais “atrações” enfocam estupradores, traficantes, assassinos, garotas de programa e, obviamente, “bundas” e músicas de qualidade

FERNANDO CREDIDIO

Todos os programas televisivos, indistintamente, só estão no ar porque são sustentados por um público pouco crítico e, especialmente, porque contam com o patrocínio de anunciantes

discutível. O mais grave é que todos eles, indistintamente, só estão no ar porque são sustentados por um público pouco crítico e, especialmente, porque contam com o patrocínio de anunciantes sem o menor pudor de associar suas marcas a tais "baixarias", ainda que muitas dessas empresas se anunciem socialmente responsáveis.

Sem fazer apologia a nada que venha dos Estados Unidos, devemos reconhecer que a TV norte-americana equiparada à brasileira, na maioria dos critérios que se estabeleça, apesar de também transmitir alguns programas de baixo nível (que não são na mesma quantidade que aqui, nem exibidos nos horários considerados nobres), não é tão tolerante e permissiva quanto a nossa em relação a fatos que degradam e ferem a dignidade das pessoas. Por uma simples razão: a maior parte dos anunciantes de lá entende ser péssimo negócio associar a própria marca a programas com tal característica. Além disso, os grandes patrocinadores são pressionados por organizações não-governamentais a não despender recursos em prol de atrações que não contribuam para o desenvolvimento do potencial e intelecto humano. Como resultado dessa mobilização, as companhias direcionam a verba publicitária para programas de melhor qualidade e conteúdo.

Por que não fazer isso no Brasil? Por que nós, que militamos no Terceiro Setor, não abandonamos de vez os discursos va-

zios e as bravatas, tomando uma posição pró-ativa em relação aos péssimos exemplos e valores transmitidos pela TV? Seria por mera omissão ou por que alguns desses anunciantes são apoiadores e/ou patrocinadores das organizações que dirigimos? Será que os recursos que recebemos são mais relevantes que a moral e as nossas convicções? Por que algumas entidades e fundações tão representativas, que tanto apreciam os holofotes da mídia, não desencadeiam um movimento nacional com o objetivo de moralizar a programação da televisão brasileira? Por que certas personalidades e líderes do mercado socioambiental, tão cônscios de sua cidadania, se deixam borrifar pela tintura marrom que parte da imprensa? Seria apenas porque tal parcela da mídia garante a eles visibilidade permanente nos jornais, revistas, rádios e TVs, alimentando vaidades e inflando ainda mais os egos?

Por outro lado, as emissoras, como concessões públicas, deveriam ser canais, no sentido literal da palavra, de expressão social e cidadania, atuando como receptoras, promotoras e difusoras de cultura, pois exercem, como nenhum outro veículo, papel catalisador e sinérgico no processo de produção e projeção do modo de ser e de crer da sociedade. Carlos Jornet, editor do periódico argentino *La Voz del Interior*, define com precisão a função que a mídia deveria cumprir: ser forjadora de esperança, contar as coisas como elas

são e, ao mesmo tempo, gerar espaços para as ações que propiciem a melhoria das condições humanas. Infelizmente, devemos concordar com a tese de que no Brasil não existe imprensa sensacionalista, já que, na maioria das vezes, a própria imprensa denominada séria cumpre exemplarmente esse papel.

Não há como negar a qualidade dos veículos de comunicação, principalmente em se tratando de TV, está nivelada por baixo. As atrações são quase idênticas na forma e no conteúdo, medíocre na maioria das vezes. Por isso, cabe a nós debater tal assunto com mais profundidade, uma vez que a sociedade gradativamente começa a exigir dos meios de comunicação mais que a pretensa responsabilidade social anunciada, cobrando que esses veículos sejam, sobretudo, cidadãos; que assumam compromissos com o desenvolvimento sustentável; criem produtos e programas regidos por senso ético; não ludibriem leitores, ouvintes, telespectadores, internautas, e, notadamente, não ocultem o que ocorre no País, como consequência de interesses comerciais, políticos ou de qualquer natureza equivalente.

O que os meios de comunicação devem fazer, enfim, é fomentar cultura, gerar esperança, destacar gestos de solidariedade e propor soluções para as transformações sociais reclamadas pelo Brasil há mais de 500 anos que, por essa razão, não pode mais esperar.

A qualidade dos veículos de comunicação, principalmente em se tratando de TV, está nivelada por baixo. As atrações são quase idênticas na forma e no conteúdo, medíocre na maioria das vezes

Fernando Credidio. Presidente da ONG Parceiros da Vida, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa do curso MBC da Faculdade Cásper Líbero e Universidade da Flórida.

Livros iluminando a viagem

Conheça o trabalho da Expedição Vaga Lume, organização social que busca contribuir para o desenvolvimento de comunidades rurais da Amazônia por meio da democratização do acesso ao livro

Ovaga-lume é um animal interessante. Durante o processo evolutivo, na luta pela sobrevivência, uma característica foi desenvolvida para compensar certa deficiência. A fêmea não pode voar, somente se arrastar pelo chão. Já o macho tem asas e conseqüentemente voa. Como a equação da reprodução seria possível dessa maneira? A partir daí surge o diferencial: compensando a falta de asas, a fêmea desenvolveu uma substância que, em determinadas condições, torna-se luminescente. Ou seja, a luz verde é o sinal para que o macho interrompa seu balé aéreo e venha se juntar a ela. Com essa irradiação luminosa, a espécie garante a própria continuidade. Assim também é a Expedição Vaga Lume, que faz jus ao nome e leva, desde 2002, luz para comunidades rurais da Amazônia Legal. A luz que o projeto irradia é a cultura por meio do hábito da leitura, uma vez que 32 bibliotecas infantis já foram implantadas em escolas de comunidades rurais, além da capacitação de 550 professores e voluntários como mediadores de leitura.

O primeiro voo

A expedição se iniciou, tendo como protagonistas um pequeno grupo de amigas: a historiadora paulista Sylvia Guimarães, 26 anos, e a administradora goiana Laís Fleury, 29 anos, que se conheceram no carnaval de Olinda em 1999 e descobriram um interesse em comum – criar um projeto para os habitantes da Amazônia. Naquele instante, Sylvia julgou pertinente apresentar Laís à amiga relações públicas Maria Teresa Meinberg, a Fofa, 26 anos. Esse encontro resultou na transformação do desejo coletivo em uma causa. Segundo Laís, “cada uma tinha dentro de si o desejo de viajar pela Amazônia, conhecer os habitantes de lá e desenvolver um trabalho que contribuísse para o desenvolvimento das comunidades rurais”. Ainda complementa: “A Expedição Vaga Lume é a mistura de um pouco de cada uma de nós. As idéias surgiram e as

viabilizamos com o apoio de várias pessoas, que compraram a causa. Cada um ajudou de sua forma”. Assim, o programa começou a vingar. Durante o ano de 2000, as três empreendedoras estudaram formas de captar o recurso necessário para iniciar o projeto: quase R\$ 400 mil. Parecia, e realmente era, muito dinheiro. No entanto, o empecilho não foi suficiente para desmotivar o grupo que tinha como missão apresentar o prazer da leitura a crianças carentes, montando bibliotecas e promovendo o abastecimento das mesmas. Num ato de coragem, elas abandonaram os empregos e contaram com o apoio das famílias até que o programa tivesse algum retorno. Em 8 de março de 2002, a Expedição Vaga Lume decolou: passando por Mato Grosso, Tocantins, Amazonas, Acre e Pará, as aventureiras foram apresentadas a um Brasil ainda desconhecido para a maioria dos próprios brasileiros. Nem mesmo a distância da família e as condições precárias de alguns locais interromperam a aventura solidária. “O projeto era maior que tudo”, garante Sylvia. A volta, em 20 de dezembro, trouxe na bagagem a absoluta certeza de que esses nove primeiros meses tinham sido apenas a largada de uma longa jornada.

A engrenagem da iniciativa

Aceitar o desafio de reduzir o abismo cultural existente entre a população amazônica e outras regiões do País envolveu muitas variáveis. A viabilização das primeiras bibliotecas se deu com capital oriundo dos incentivos proporcionados pela Lei Rouanet. O orçamento de R\$ 390 mil foi patrocinado pela Fináustria Financiamentos, que participou com R\$ 320 mil, e pela Amazônia Celular, contribuinte de R\$ 70 mil. Compraram-se os 10 mil livros iniciais e a empreitada começou. Cada biblioteca era constituída por caixas móveis, que continham 300 diferentes livros infantis e infanto-juvenis. As caixas foram feitas para serem facilmente transportadas, aproximando-se ainda mais das crianças.

A entrega dos livros, aliada ao treinamento dos professores e à mobilização da comunidade, foi a receita para transmitir às crianças o encantamento da leitura

Nem mesmo a distância da família e as condições precárias de alguns locais interromperam a aventura solidária



Atividade da Expedição Vaga Lume

O primeiro passo foi entrar em contato com as secretarias municipais de Educação e acertar as parcerias que tornariam real a iniciativa. Assim concretizou-se a criação das 32 bibliotecas em 22 municípios da região, atingindo 17 mil alunos.

Entretanto, além de entregar os livros, tornava-se fundamental criar multiplicadores que trabalhassem no dia-a-dia a importância da leitura. Era muito grande o risco de simplesmente deixar as bibliotecas, sem que existisse o envolvimento do corpo docente. Exatamente por esse motivo, 550 professores foram treinados como mediadores de leitura. A professora Maria Lucinéia de Oliveira ressalta a importância do curso dado por Laís, Sylvia e Maria Teresa: "Eu não sabia como contar uma história. Aprendi que é preciso dar liberdade aos alunos e trabalhar com espontaneidade".

A pertinência da iniciativa

Além do apelo extremamente interessante – a democratização do acesso ao livro para desenvolver o hábito da leitura –, o projeto ganha em pertinência em função do público-alvo escolhido: povoados isolados

da Amazônia, onde raramente existem bibliotecas em escolas públicas. A entrega dos livros foi a receita para transmitir às crianças o encantamento da leitura. Segundo José Edson Freitas, professor da comunidade indígena de Areial, as histórias estão sendo utilizadas em sala de aula. "Não havia livros aqui. Agora as crianças estão aprendendo a ir até a biblioteca e escolher qual história querem ouvir", conta ele. Para Edneusa Carneiro Brazão, diretora da escola da tribo de índios tucanos e tarianas na Ilha de Camanaus, próximo a São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, os livros estão ajudando os alunos a melhor aprender o português, já que muitos se comunicam em casa nas línguas de origem. E acrescenta: "Só tínhamos livros didáticos; as histórias infantis são usadas para estimular a imaginação e desenvolver o raciocínio das crianças".

Outra prova da importância da obra foi o reconhecimento público na Bienal do Livro Infantil/Juvenil, realizada em 2002 em São Paulo, quando a Expedição Vaga Lume foi homenageada com o Prêmio Difusor do Livro.

OS NÚMEROS DA VAGA LUME

- **32** bibliotecas montadas
- **22** municípios atendidos
- **17** mil alunos beneficiados
- **550** professores treinados como mediadores de leitura
- **390** mil reais de custo inicial



INFORMAÇÕES

- Rua Purpurina, 155, cj. 46
Vila Madalena – CEP 05435-030 – São Paulo/SP
- falecom@expedicaovagalume.org.br
- www.expedicaovagalume.org.br
- (11) 3032-6032

CONFIRA OS FRUTOS DO PROJETO

Exemplo de resultado e continuidade

Laís relata uma das experiências: "Em 2002, implantamos uma biblioteca em Castanhal no Pará, em um assentamento do MST. Tínhamos deixado 300 livros com eles. Voltamos lá em setembro de 2003 para ver como estava a biblioteca e eles haviam feito um programa de arrecadação, conseguindo mais 700 obras. Reformaram um galpão velho e montaram a biblioteca lá. Nesse período, já houve mais de 1.050 retiradas de livros pelas crianças. Os professores se organizaram e destinaram parte do próprio salário a uma pessoa encarregada de cuidar dos livros. Isso prova que nosso trabalho se multiplicou".

Ainda em 2003, o grupo deve voltar à Amazônia com alguns objetivos: promover e incrementar ainda mais a iniciativa, levá-la para outras comunidades e exibir o documentário montado com imagens da primeira viagem. Para alimentar as novas bibliotecas, campanhas de arrecadação de livros estão sendo feitas. A Expedição Vaga Lume não pretende encerrar tão cedo seu vôo. Uma viagem incrível pela terra das possibilidades. Afinal, qual o resultado prático do acesso à leitura? A resposta a tal questão determina o rumo dessa espetacular jornada, que acredita no poder da leitura como agente transformador de indivíduos em cidadãos conscientes. Essa é a motivação do projeto. É o que renova a esperança em todos nós.

Apoio neste artigo



INFORMAÇÕES

- programa@cantocidadao.com.br
- www.cantocidadao.org.br
- (11) 3259-8021

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Construindo relações fortes e duradouras

A organização social catarinense CVM completa 25 anos de existência, comemorando o atendimento de milhares de pessoas e com muitos projetos para o futuro

Completar bodas de prata nos dias modernos é motivo de muita festa, especialmente quando o casamento passou por diversos desafios e momentos de provação. A celebração deve ser ainda maior se o resultado do matrimônio for valioso. Trata-se dos 25 anos de existência da CVM – Creche e Orfanato “Vinde a Mim as Criancinhas”, entidade filantrópica com sede em São José, Santa Catarina. E a comemoração é muito pertinente, uma vez que o casamento entre a organização e a comunidade catarinense é motivo de orgulho para muitos que por ali passaram e tiveram a própria vida transformada para melhor.

O início e as atividades

A CVM foi fundada no dia 1º de novembro de 1978, tendo como principal objetivo apoiar crianças e adolescentes abandonados e em situação de risco. Assim se iniciou o trabalho e outras atividades foram criadas, atendendo à demanda de seu município e de tantos outros, que começaram a enxergar na CVM um ponto de solução. Hoje a instituição mantém um orfanato, uma creche, uma pré-escola, uma escola profissionalizante, um centro de recuperação para adolescentes dependentes químicos, além de promover a distribuição de cestas básicas, roupas e outros itens de necessidade básica. Cada uma das áreas expostas tem estrutura formada e em constante aprimoramento, fazendo o atendimento ganhar em qualidade com o passar do tempo. Para tanto, o desenvolvimento de novas parcerias é sempre necessário e bem-vindo. A CVM ainda oferece às crianças, jovens e idosos carentes assistência médica, odontológica e farmacêutica, sempre dentro de uma política de gratuidade total, democratizando o acesso à educação, cultura, lazer, bem-estar e saúde.

Segundo Artur Feijó, diretor geral da entidade, “tudo começou em uma casa pequena e alugada, possibilitando atendimento a 22 crianças na educação infantil, a nossa creche”. Nesse período, todos os custos da instituição eram supridos pelos próprios fundadores. A motivação partiu de

Dona Jandira, que realizava um trabalho de evangelização e tinha percebido a carência da comunidade local.

Hoje, a organização já atendeu a mais de 7 mil pessoas e é declarada de utilidade pública pelos governos federal, estadual e municipal em São José, Biguaçu e Palhoça. É ainda registrada no Conselho Nacional de Assistência Social e possui o Certificado de Fins Filantrópicos, sendo também registrada nos conselhos municipal e estadual, tanto da Criança como da Assistência Social.

A prioridade da entidade

A CVM oferece atendimento gratuito a variados perfis de necessitados, porém, a atividade prioritária é a educação infantil, que atende à faixa etária de 0 a 3 anos em creche desde o berçário e a crianças de 4 a 7 anos em pré-escola. E os resultados alcançados mostram que não há conflito de interesses ao se trabalhar com públicos diferenciados, desde que haja investimento na estrutura e uma missão que alinhe todos os esforços.

Em 1996, a organização apostou em uma nova estratégia de atuação na área de educação infantil, chamando para o grupo uma pedagoga com pós-graduação, especializada no assunto e com 20 anos de experiência em instituições de renome nacional. A nova profissional juntou-se à equipe para trazer diferente forma de pensar

“... tudo começou em uma casa pequena e alugada, possibilitando atendimento a 22 crianças na educação infantil, a nossa creche”



CVM: Centro de Recuperação para meninos dependentes químicos

Os resultados comprovam que a correta utilização dos recursos é sentida na ponta, já que, mesmo com orçamento limitado, a organização tem conseguido superar o número de atendidos previamente planejado

e agir. Houve certa transição no enfoque, o que acelerou o processo de adaptação iniciado com a aprovação do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma das características marcantes do novo momento foi a integração com a direção da instituição, já que treinamentos mensais começaram a ser efetuados. Assim, o senso de equipe ganhou força, promovendo melhores resultados finais. A visão educacional nessa faixa etária tende a progredir ainda mais com a formação dos monitores que estão no quadro e dos que a ele estão se integrando. Tal avanço conquistado pela CVM prova que o investimento em profissionais de qualidade é fundamental para a melhoria da qualidade das atividades.

Outras frentes de trabalho e a captação de recursos

Além do atendimento às crianças, a entidade dedica esforços a muitos outros públicos. Dentre eles, destacamos o orfanato e a profissionalização de adolescentes. O primeiro recebe crianças que aguardam por adoção e, para que o processo não seja muito lento, a organização auxilia na busca por famílias interessadas, estimulando o cadastro junto ao fórum, responsável legal pelos trâmites. A instituição desenvolve ainda cursos profissionalizantes para jovens, como uma marcenaria-escola, um laboratório

de datilografia, uma padaria-escola, uma lavanderia industrial, uma gráfica-escola e um laboratório de informática com computadores atualizados. Feijó acredita que "facilitando o acesso dos adolescentes carentes a uma profissão, é possível mudar as perspectivas de vida deles".

Não é segredo que a captação de recursos é um dos principais combustíveis de qualquer entidade. O diretor geral da CVM esclarece que, com 25 anos de atuação, o "trabalho já tem seu nome consolidado em muitos municípios e, por esse fato, conta com percentual de mantenedores, tanto de pessoas físicas como jurídicas, que ajudam mensalmente". Fora essa fonte, Artur completa ao informar que "a maior parte dos recursos financeiros vem do Projeto Viva Criança pela gráfica Elshadai, empresa criada pela CVM como forma de geração de capital, tendo 100% do lucro repassado para a manutenção da instituição". Os resultados comprovam que a correta utilização dos recursos é sentida na ponta, já que, mesmo com orçamento limitado, a organização tem conseguido superar o número de atendidos previamente planejado. Buscando dar transparência às atividades, o balanço social e financeiro é divulgado anualmente em uma revista interna, além de jornais externos, como o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e O Estado.

Voluntariado e ampliação dos projetos

Segundo Feijó, o programa de voluntariado funciona de três formas, sendo que já passaram pela organização aproximadamente mil voluntários. E esse contingente foi, e ainda é, formado por pessoas que procuram a instituição por conta própria. É fato: o "boca a boca" funciona e atrai valiosos colaboradores para a CVM.

Olhando para o futuro, a direção da entidade elege como principal desafio o equilíbrio entre as receitas e despesas, mantendo firmes os pilares atuais e lançando novos alicerces. É necessário finalizar a ampliação da comunidade terapêutica que oferece atendimento a meninos com

dependência química, assim como o orfanato que abriga meninas encaminhadas pelo conselho tutelar. Em busca das bodas de ouro, ou seja, da continuidade do casamento organização-comunidade, Artur esclarece que há um processo de reciclagem periódico, oferecendo treinamento aos colaboradores e buscando a qualificação e aperfeiçoamento de cada profissional que atua na entidade.

OS NÚMEROS DA CVM

- **25** anos de atuação
- **7** mil pessoas atendidas
- **1** mil voluntários já desenvolveram atividades



INFORMAÇÕES

- Rua Otto Júlio Malina, 1306, Ipiranga
CEP 88111-500 – São José/SC
- cvmeventos@terra.com.br
- www.cvm.floripa.com.br
- (48) 246-1153

Apoio neste artigo



INFORMAÇÕES

- programa@cantocidadao.com.br
- www.cantocidadao.org.br
- (11) 3259-8021

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



AMBIENTAL

FELIPE MELLO E ROBERTO RAVAGNANI

Vitória do meio ambiente

Organização social aposta na criação de Ecopontos e no envolvimento da comunidade local para a solução das questões relacionadas ao lixo



Trabalho da Cooperativa

Há alguns meses uma notícia chamou a atenção daqueles que se interessam pelas questões relacionadas à natureza. A pauta informava que “São Paulo já tem um bairro ecológico”. Como esse tema não deve ficar restrito somente àqueles que já se interessam pela ecologia – sob pena de não revertermos o atual quadro de degradação ambiental –, é preciso traduzir para uma linguagem acessível o convite ao exercício pleno da cidadania a um número cada vez maior de personagens indispensáveis, os cidadãos.

Sócrates, ainda na Grécia Antiga, dizia que cidadão é aquele que cuida da sua cidade. Simplesmente isso, ao mesmo tempo, complexo como isso. O bairro “ecológico” em questão é o Parque Vitória, localizado no distrito do Tremembé, zona norte da capital paulista. Trata-se do primeiro bairro da cidade onde, muito em breve, haverá coleta seletiva de lixo em todas as 70 ruas.

A criação do primeiro Ecoponto

Uma vez que os gregos antigos já foram convidados para fortalecer a argumentação, pode-se agregar ainda mais valor a ela com um antigo provérbio chinês: se você quer uma cidade limpa, você pode ajudar muito varrendo a porta da sua casa. É exatamente com tal espírito que os moradores do Parque Vitória vêm transformando a realidade do local. Isso porque a organização da coleta seletiva de lixo é feita pela comunidade, que recolhe e separa o material, vendendo-o para a reciclagem e aplicando o lucro obtido na cooperativa gerenciadora da operação. A ação está centrada naquilo que é chamado de Ecoponto – um galpão construído em um terreno de 1.200 metros quadrados cedido por um morador, para onde o lixo é levado e separado. No entanto, a estrutura em questão não foi fruto de geração espontânea: um grupo de pessoas organizadas em torno de uma causa gerenciou e continua gerenciando a atividade.

A coordenação do projeto é feita atualmente pela organização-não governamental Ecos do Vitória, criada como seqüência natural do Projeto Vitória, que começou há mais de três anos o programa de coleta seletiva já citado. Em função do sucesso da iniciativa, alguns integrantes se uniram a outros profissionais do Terceiro Setor, como a ecóloga Elaine Silva, atual presidente da entidade, para se dedicarem à gestão ambiental. Assim, como o próprio nome diz, Ecos do Vitória – Educação e Gestão Ambiental, os conceitos fundamentados passaram a ecoar de diversas formas, baseando-se na relação biológica célula-núcleo para sedimentar a filosofia do trabalho. A grande motivação foi levar para as comunidades a visão da cidade como um organismo vivo: cada bairro sendo uma célula; os rios como veias; a vegetação equivalente aos pulmões; o centro sendo o coração e tantas outras relações que podem ser definidas, precisando todas serem bem cuidadas.

Espalhando o conceito

Romilda Haddad, coordenadora de relações institucionais da entidade, lembra que “o Projeto Vitória já chamava de Ecoponto o núcleo que administrava a coleta seletiva da célula Parque Vitória”. E foi para multiplicar tal formato que a Ecos nasceu, acreditando que a cidade não resolverá o problema do lixo se cada bairro não tiver responsabilidade sobre a própria produção diária e encaminhamento. Para cumprir essa missão, a instituição tem desenvolvido diversas atividades a fim de promover, estimular e facilitar a gestão ambiental nas microrregiões a partir do gerenciamento de resíduos no modelo cooperativista, aliando educação, conservação ambiental e geração de trabalho e renda. Uma fórmula que deu certo em um bairro e que, segundo a coor-

Um grupo de pessoas organizadas em torno de uma causa gerencia a coleta de lixo, que hoje é modelo para a formação de outros bairros ecológicos



Plantio de árvores do projeto "Rio da Nossa Aldeia"

A ONG Ecos da Vitória acredita que a cidade não resolverá o problema do lixo se cada bairro não tiver responsabilidade sobre a própria produção diária

denadora, pode ser perfeitamente aplicada em outras regiões da cidade.

Buscando auxiliar no processo de adaptação desse formato em outros locais, a Ecos do Vitória oferece curso gratuito sobre o tema para lideranças comunitárias. O objetivo é capacitar os participantes a constituir unidades de gerenciamento comunitário de educação ambiental e coleta seletiva. O curso é mensal e conta com o apoio de uma universidade da região. Ainda no sentido de democratizar informações, Romilda informa que a organização "tem abastecido todos os grupos que a procuram e tentado colaborar com contatos e parcerias para que possam criar os próprios Ecopontos.

Os eventos também fazem parte da estratégia para lançar novas campanhas. Um exemplo é o Projeto Rio da Nossa Aldeia, lançado em setembro, que nos próximos dois anos irá colaborar para a despoluição dos rios Mazzei, Tremembé e Cabuçu, que deságuam no Tietê. Tal programa está acoplado ao Projeto Tietê, que foi desenvolvido pela Sabesp e conta com a SOS Mata Atlântica cuidando da Educação Ambiental. Além disso, a Ecos do Vitória participa de ações com o Núcleo Regional de Educação Ambiental da Zona Norte (NEAN) e, em dezembro de 2002, iniciou as atividades com a construtora Gafisa, tentando viabilizar a reciclagem de entulho gerado nas obras.

Geração e captação de recursos

A busca pela sustentabilidade das ações é uma pré-condição para o sucesso do Terceiro Setor. A Ecos do Vitória traz esse referencial em suas obras, tanto que existem atualmente 15 postos de trabalhos somente no Parque Vitória, gerados sem nenhum fundo inicial a não ser a venda dos resíduos. Romilda faz uma reflexão quando

lembra que "em São Paulo são aterrados mais de R\$ 2 milhões que poderiam amenizar a miséria, caso houvesse maior investimento em educação sobre matérias-primas e boa administração do lixo pelas cooperativas de cada bairro". Fora a criação de empregos e renda por meio das atividades de reciclagem, há procura por outras fontes de recursos que venham a ampliar e fortalecer os projetos. A organização tem apresentado programas e concorrido a prêmios, sendo que já foi contemplada neste ano com os prêmios Brazilfoundation e o Formatos 500 do Senac, em parceria com o Consulado Americano. Tais verbas, assim como os patrocínios do Projeto Rio da Nossa Aldeia e a colaboração de novos apoiadores que estão sendo prospectados, serão responsáveis pela sustentabilidade das obras do próximo ano.

O voluntariado e os resultados conquistados

A ação voluntária fez parte do início do Projeto Vitória. Em 2000, após curso ministrado pela SERT (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho), 18 pessoas incubaram projeto para educar, coletar e vender resíduos, originando desse modo o primeiro capital da cooperativa e o trabalho. Durante praticamente dois anos, elas receberam apenas ajuda de custo. Tal empreendedorismo e voluntariado foram decisivos para a criação da organização Ecos do Vitória. O resultado é percebido hoje, uma vez que mais de 100 comunidades já receberam os conhecimentos gerados pelo grupo. Segundo Romilda Haddad, "somente no curso já formamos mais de 60 agentes multiplicadores, pois as primeiras turmas tinham seis alunos e, desde outubro, são 25 por turma". Para dar credibilidade às ações, a entidade pretende publicar seu balanço a partir deste ano, já que foi constituída legalmente em dezembro de 2002.

O sucesso do primeiro bairro ecológico de São Paulo comprova que a sociedade civil organizada é capaz de transformar o próprio bairro em local limpo, desde que o convite seja feito da forma correta e por pessoas capacitadas, como no caso do Parque Vitória. h

INFORMAÇÕES

Rua Candiruçu, s/n, Parque Vitória – São Paulo/SP

(11) 6244-1590

ecosdovitoria@ig.com.br

Apoio neste artigo



OS NÚMEROS DA ECOS

- **15** postos de trabalho só no Parque Vitória
- **100** comunidades já receberam os conhecimentos gerados pelo grupo
- **60** agentes multiplicadores formados
- **25** participantes por turma atualmente no curso mensal
- **150** toneladas de lixo são reciclados por ano no Parque Vitória



Campanha para um Natal mais FELIZ

Entidades filantrópicas organizam campanhas de Natal e transformam a data em ocasião especial para muitos

Comemoração do Dia das Crianças na Casa Lar Novo Mundo



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

Crianças da Fundação Altaflorestense em atividade

A sensação crescente de que é preciso melhorar a sociedade levou à criação no Brasil de muitas organizações não-governamentais, que estimulam continuamente a população a colaborar no auxílio aos desassistidos.

Administrar uma entidade não é tarefa fácil, seja em grandes capitais ou em pequenas cidades, principalmente devido à dificuldade na captação e na manutenção de fundos. Por tal motivo, a época do Natal é muito propícia para aguçar novas maneiras de se obter capital. É a oportunidade de se organizar campanhas que utilizem a criatividade e o trabalho dos atendidos. Diversas associações produzem cartões, artesanato, organizam festas e apresentações, tudo objetivando geração de recursos e implementação de projetos.

Essa data sensibiliza a todos, fazendo aflorar forte sentimento: o desejo comum de ajudar de alguma forma. Geralmente, é período em que as instituições recebem mais voluntários, doações e apoio de empresas.

Com tamanha mobilização de organizações de todos os tipos e portes, de indivíduos das mais variadas classes sociais e das empresas privadas interessadas na causa social, nota-se que a intenção solidária é progressiva e deve ser bem canalizada para gerar bons frutos.

Pequenos grandes exemplos de ação

Entidades pequenas e menos conhecidas são de extrema importância para o desenvolvimento do Terceiro Setor, pois, como estão espalhadas pelo Brasil todo, têm grande capacidade de alcance na distribuição do bem ao trabalhar pela melhoria das condições de vida de enorme número de carentes. Já que amor e boa vontade são sempre doados e nunca estão em falta, é preciso aproveitar especialmente

a celebração natalina para voltar a atenção à generosidade e ao esforço dessas pequenas batalhadoras.

Assim, demonstrações de solidariedade são claramente vista do Oiapoque ao Chuí, o que denota a intensa vontade de se oferecer novas oportunidades às comunidades, a exemplo das campanhas de Natal, que deixam transparecer esse empenho.

Alta Floresta – MT

A Fundação Altaflorestense de Resgate à Cidadania, localizada na cidade de Alta Floresta, a 800 quilômetros de Cuiabá, Mato Grosso, oferece assistência a crianças e adolescentes carentes, realizando trabalhos básicos de educação, lazer, saúde, cultura e preparação para o mercado de trabalho.

O Natal lá é sempre tratado como ocasião especial – “é quando a magia do momento fala mais alto”, relata Irene Duarte, presidente e coordenadora pedagógica da instituição. Tal comentário se refere à campanha realizada para angariar brinquedos usados, que são doados às crianças. A qualidade das peças nem é notada por elas, afinal, “é brinquedo”. Todos os anos a fundação faz o “tiro de guerra”, ou seja, sai às ruas e pede ajuda de casa em casa para que haja a comemoração. O lanche é cedido por alguns “padrinhos”, como a Casa da Amizade, que sempre colabora nessa época do ano.

São Paulo – SP

Em São Paulo, a Casa Lar Novo Mundo cuida de crianças e proporciona alimentação, assistência médica e odontológica, educação, remédios e vestuário, além de garantir-lhes o bem-estar cotidiano. As celebrações natalinas só acontecem devido à boa vontade dos voluntários, que tomam iniciativas para ajudar a realizar uma grande festa. “Não há como planejar, na hora sempre



Natal na Casa de Maria de Nazaré



Distribuição de presentes no CERVAC

tem alguém que ajuda", diz a coordenadora do projeto, Ângela Cristina Gonçalves. Como exemplo, cita o Natal de 2002: "Houve um almoço com cheddar, refrigerante, sorvete e presentes para as crianças, tudo por meio de doações". Desde a criação da entidade, em dezembro de 1998, voluntários nunca deixaram de colaborar.

Campinas – SP

Campinas é a cidade que acolhe a entidade Casa de Maria de Nazaré, fundada pelo Grupo de Oração da Catedral. A casa já funciona há 15 anos fazendo trabalhos socioeducativos com crianças e adolescentes carentes. Atualmente, graças à dedicação, comprometimento e seriedade da diretoria, já existem quatro unidades, além da sede. Atendendo a mais de 400 crianças, o nascimento de Jesus sempre foi motivo para comemoração e, quando há condições, todas recebem presentes.

Neste ano, cada unidade fará uma confraternização diferente na comunidade em que atua. Além disso, a Casa de Maria de Nazaré vai organizar uma festa, o Natal na Praça, na Praça José Bonifácio, em frente à Catedral Metropolitana de Campinas. No evento haverá barraquinhas de salgados,

lanches, pastéis, refrigerantes, doces e bolos, e também brincadeiras, como pescaria. A festa contará ainda com apresentações de artistas locais. A verba arrecadada será investida nos projetos.

Recife – PE

O objetivo do Centro de Reabilitação e Valorização da Criança (CERVAC) de Recife, já com 15 anos de existência, é favorecer a inclusão social de deficientes. A instituição atende hoje a 232 crianças e adolescentes com diversas patologias, sendo as mais frequentes a síndrome de Down, hidrocefalia e paralisia cerebral.

A preparação para o Natal começa antecipadamente, em novembro, com a avaliação do desenvolvimento de cada criança. Segundo o coordenador de comunicação Jairo Gomes, cada reação das crianças tem um significado especial. As áreas de trabalho, que são a estimulação sensorial e da mobilidade, a alfabetização, a atividade pré-escolar, artes e música, são as responsáveis pelas apresentações relacionadas à festividade, como dramatizações, danças e músicas. Enquanto isso, outra equipe organiza a Campanha de Apadrinhamento do Natal.

Assim, os "amigos colaboradores" que querem presentear as crianças podem definir o tipo de presente de que elas mais necessitam. A festa acontece no dia 18 de dezembro, encerrando as atividades. A comemoração sempre foi feita dessa maneira. Jairo ainda comenta que, embora alguns anos sejam mais difíceis que outros, sempre existe aquela satisfação de estarem cumprindo uma missão.

E as grandes entidades

Com maior número de atendidos, mais reconhecimento e, na maioria das vezes, parcerias mais ativas, as grandes instituições também constituem parte importantíssima das ações sociais. Elas começaram pequenas, mas, ao conseguirem expandir suas próprias dimensões, servem como ótimos exemplos de sucesso, motivando aquelas que estão ainda engatinhando.

Durante a época natalina acontecem festas, celebrações e diferentes atividades que, na verdade, em nada diferem das confraternizações de associações menores, pois a intenção é a mesma.

Um exemplo desse tipo de organização não-governamental é a Casa Perseverança, na cidade de São Paulo.

Comunicação e Responsabilidade Social Empresarial: nós sabemos como fazer!

"As marcas que não assumirem seu papel social, perderão espaço para as socialmente responsáveis."

Christina Carvalho Pinto
(Membro do Conselho de Direção)



Parceiros da Vida

www.parceirosdavid.org
parceiros@parceirosdavid.org



Apresentação de Natal no CERVAC



Crianças de uma das creches do Perseverança

Com perseverança,
tudo se alcança

O Serviço Social Perseverança foi fundado em 1973 e oferece serviços de assistência social e educacional a crianças e adolescentes carentes. Atualmente, a entidade possui oito creches, que oferecem atendimento médico, odontológico e alimentação cinco vezes ao dia, e três núcleos socioeducativos, nos quais crianças de 6 a 14 anos freqüentam a escola durante meio período e participam de atividades complementares no outro. Ao todo, a instituição atende a mais de 2 mil crianças.

A casa tem o hábito de organizar campanhas de Natal que coletam roupas, brinquedos e doces para serem distribuídos na festa. As "sacolinhas", como são chamados os presentes, são oferecidas por colaboradores voluntários, freqüentadores da Casa Perseverança, Serviço Social e Centro Espírita.

O que vale é a intenção

Por mais que as atitudes tomadas pelas organizações sejam diferentes, o propósito de todos que militam em prol do social é sempre o mesmo: a vontade de fazer bem ao próximo e a de contribuir para que as diferenças sociais diminuam. O Natal, além de ser um período fértil para a arrecadação de verba, também é tempo de colocar em prática a palavra fraternidade. 

INFORMAÇÕES

-  Fundação Altaflorestense de Resgate à Cidadania: (66) 521-8555
-  Casa Lar Novo Mundo: (11) 6233-4146
-  Casa de Maria de Nazaré: (19) 3236-6313
-  Centro de Reabilitação e Valorização da Criança (CERVAC): (81) 3268-8527
-  Serviço Social Perseverança: (11) 6671-4200



AUDITORES
ASSOCIADOS

Registrada no CRC e CVM

*Buscar a Excelência de Serviços requer
Integridade nos Negócios e Espírito de Corpo,
obtidos através da Sinergia entre
Soluções Profissionais Inteligentes e
uma permanente Postura Ética.*

- Exame de demonstrações financeiras
- Revisões limitadas e específicas
- Revisão de normas e procedimentos de controles internos
- Perícia Contábil
- Terceirização das atividades de auditoria interna
- Treinamento
- Assessoria de gestão

www.lmaudidores.com.br
lmaudidores@lmaudidores.com.br

Fone: 11-5572-3962 | Fax: 11-5573-2930
Rua Pedro de Toledo, 80 - 10º andar | São Paulo - SP



Lei do Primeiro Emprego

A Lei Federal nº 10.748, de 22 de outubro de 2003 criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens. A Lei é vinculada à inserção de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho, sua escolarização, fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda. As empresas que contratarem os jovens terão um subsídio do governo entre R\$ 100 e R\$ 200 mensais por contratado.

Comitê Nacional das Zonas Úmidas

O Decreto Federal de 23 de outubro de 2003 criou este comitê, reflexo da luta de ambientalistas, ONGs e sociedade para legalizar a utilização de áreas que precisam ser protegidas antes que sejam totalmente devastadas. Este comitê será responsável por propor ao Ministério do Meio Ambiente diretrizes e ações de execução relativas à conservação, ao manejo e ao uso racional dos recursos ambientais, referentes à gestão das áreas incluídas na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional.

Benefícios concedidos com prova de incapacidade física

O Tribunal Regional Federal da 4ª Regional decidiu que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode exigir, para a concessão de benefício assistencial a portadores de deficiência física, a comprovação de "incapacidade para a vida independente". Para o juiz Néfi Cordeiro, a interpretação jurídica e a avaliação das provas podem "demonstrar se pessoa é capaz de viver sozinha ou se precisa de amparo rotineiro.

Concessão de Isenção Parcial do ISS

O Decreto Municipal nº 44.022, de 22 de outubro de 2003 regulamenta o artigo 25 da Lei nº 13.476, de 30 de dezembro de 2002, e dispõe sobre a concessão de isenção parcial do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS - aos prestadores de serviço de ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza, que ministrem cursos de graduação e sequenciais. A prefeita de São Paulo Marta Suplicy pretende, assim, incentivar o ensino superior.

Trabalho escravo

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados Federais - CCJ - aprovou, em 29 de outubro de 2003, projeto que aumenta as penas de reclusão de quatro para oito anos para quem explora o trabalho escravo no País. Até o final de novembro, a proposta deve ser encaminhada para votação em plenário. Segundo o projeto, esse tipo de crime torna-se inafiançável e terá aplicação de pesadas multas.

Lei de Biossegurança

Em meio a tantas discussões sobre transgênicos e política ambiental, há um projeto de lei em votação para reger este assunto. O texto tenta conciliar o interesse dos defensores dos transgênicos e dos ambientalistas, e dá a palavra final sobre pedidos de autorização de atividades a um conselho de 12 ministros presidido pelo Ministro da Casa Civil. As atividades poderão ser autorizadas desde que contem com a aprovação da CTNBio (Comissão Técnica de Biossegurança).

Decreto regulamenta Fundo Municipal de Saúde

Marta Suplicy instituiu, em 24 de outubro de 2003, o Decreto nº 44.031 que regulamenta o Fundo Municipal de Saúde. O FMS é o órgão responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros destinados a implantação, consolidação e manutenção do Sistema Único de Saúde - SUS no Município de São Paulo. O decreto delega competência exclusiva ao SMS para a celebração e a gestão de convênios, contratos ou quaisquer outros ajustes que envolvam recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Juizes mandam planos de saúde pagar tratamento de câncer

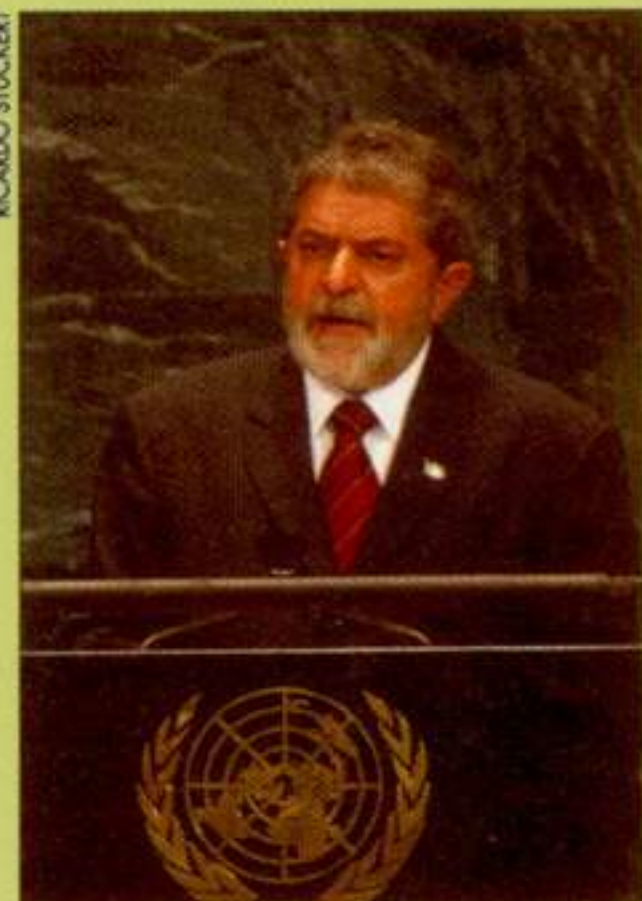
Segundo determinação da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Alada de Minas Gerais, a Bradesco Saúde e a Unimed devem pagar o tratamento de câncer de duas pacientes, em sentenças proferidas nos recursos de Agravo de Instrumento nº 415675-8 e nº 417615-0, respectivamente. Caso contrário, pagarão multa. Em ambas as decisões, os juizes entenderam que os planos de saúde estão sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor.

A Biodiversidade – ONGS e Governo

A Lei 10.688/03 autorizou a plantação de soja transgênica. No dia 20 de outubro, 500 ONGs ambientalistas enviaram ao presidente Lula carta solicitando medidas urgentes para garantir a sustentabilidade do País. As organizações temem que as obras anunciadas no Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 prejudiquem o meio ambiente, principalmente na região Amazônica, além de se declararem inconformadas com a expansão da fronteira agrícola para área de floresta no norte brasileiro, com a liberação de plantio de transgênicos.

Notícias do Planalto

Lula propõe comitê mundial de combate à fome



Lula na ONU

Na 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou acerca dos maiores problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento. Ao enfatizar a questão da fome e afirmar a extrema importância da erradicação da mesma, propôs a criação de um comitê mundial de combate à fome no âmbito da ONU. Segundo Lula, seria mais fácil unificar propostas e motivar nações ricas, grande empresas e ONGs a contribuir. Ele ainda reclamou do protecionismo de alguns países e ressaltou a importância da ONU, que deveria ser reformulada.

Kofi Annan segue a idéia de Lula e propõe aliança mundial contra a fome

Na comemoração do Dia Internacional da Alimentação da ONU, o secretário-geral Kofi Annan pediu a criação de uma aliança mundial contra a fome, para mobilizar vontade política e recursos. A iniciativa se parece com a do presidente brasileiro, mas não é idêntica. Annan não fez menção a nenhum fundo, a qualquer taxa sobre a venda de armas ou muito menos à criação de um comitê mundial para combater o problema.



DIVULGAÇÃO

Presidente recebe Relatora Especial da ONU

A Relatora Especial da ONU sobre Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Asma Jahangir, veio ao Brasil para elaborar relatório a ser apresentado na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Jahangir considerou o quadro extremamente preocupante, condenando ações de policiais criminosos. No entanto, após duas horas de conversa com o atual presidente do Brasil, a relatora se mostrou mais confiante: "O governo quer sim mudar essa cultura de impunidades, iniciar medidas preventivas".



REUTERS

Show Noruega-Brasil ajuda o Programa Fome Zero

O show aconteceu em Brasília e teve a participação de artistas dos dois países. Compareceram ao evento o presidente Lula, o rei da Noruega Harald V, a rainha Sonja, o ministro das Relações Exteriores Jan Petersen e o ministro brasileiro José Graziano.

A renda foi revertida para o Programa Fome Zero.

Artistas brasileiros e noruegueses no palco



J. FREITAS

Organizações não-governamentais sem controle financeiro

Diversas organizações não deveriam merecer tal título: muitas recebem milhões dos cofres públicos, e não há nenhum controle sobre isso. A partir do ano que vem, as entidades com objetivos sociais precisarão prestar contas ao TCU – Tribunal de Contas da União. Uma CPI do Senado Federal realizada ano passado investigou algumas ONGs, concluindo que aproximadamente 250 mil instituições brasileiras não possuem nenhum controle institucional e que R\$ 2 bilhões estariam disponíveis por ano.

Unificação dos projetos sociais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a unificação dos projetos sociais do governo: bolsa-escola, auxílio-gás, cartão-alimentação e bolsa-alimentação. Esses programas atingem mais de 10 milhões de famílias no Brasil, mas pretende auxiliar, até o final de 2006, cerca de 11,6 milhões, que receberão entre R\$ 50 e R\$ 95.

Outra intenção do governo é assinar parcerias com estados e municípios para unir benefícios e ampliar a quantidade de famílias atendidas, o que deve acontecer até o fim do ano. Segundo o ministro da Educação, Cristovam Buarque "a unificação vai aumentar o valor da bolsa por família, tornando melhor cada um dos programas". O senador Eduardo Suplicy também elogiou a iniciativa e disse que ela simplificará esses projetos e permitirá melhor compreensão deles pelas famílias carentes. O governo planeja ainda colocar em prática o cadastro único para as famílias que utilizam mais de um serviço. Desse modo, a população tem como saber quem recebe o benefício. A idéia é economizar mais de R\$ 4,5 milhões com a integração até 2007.

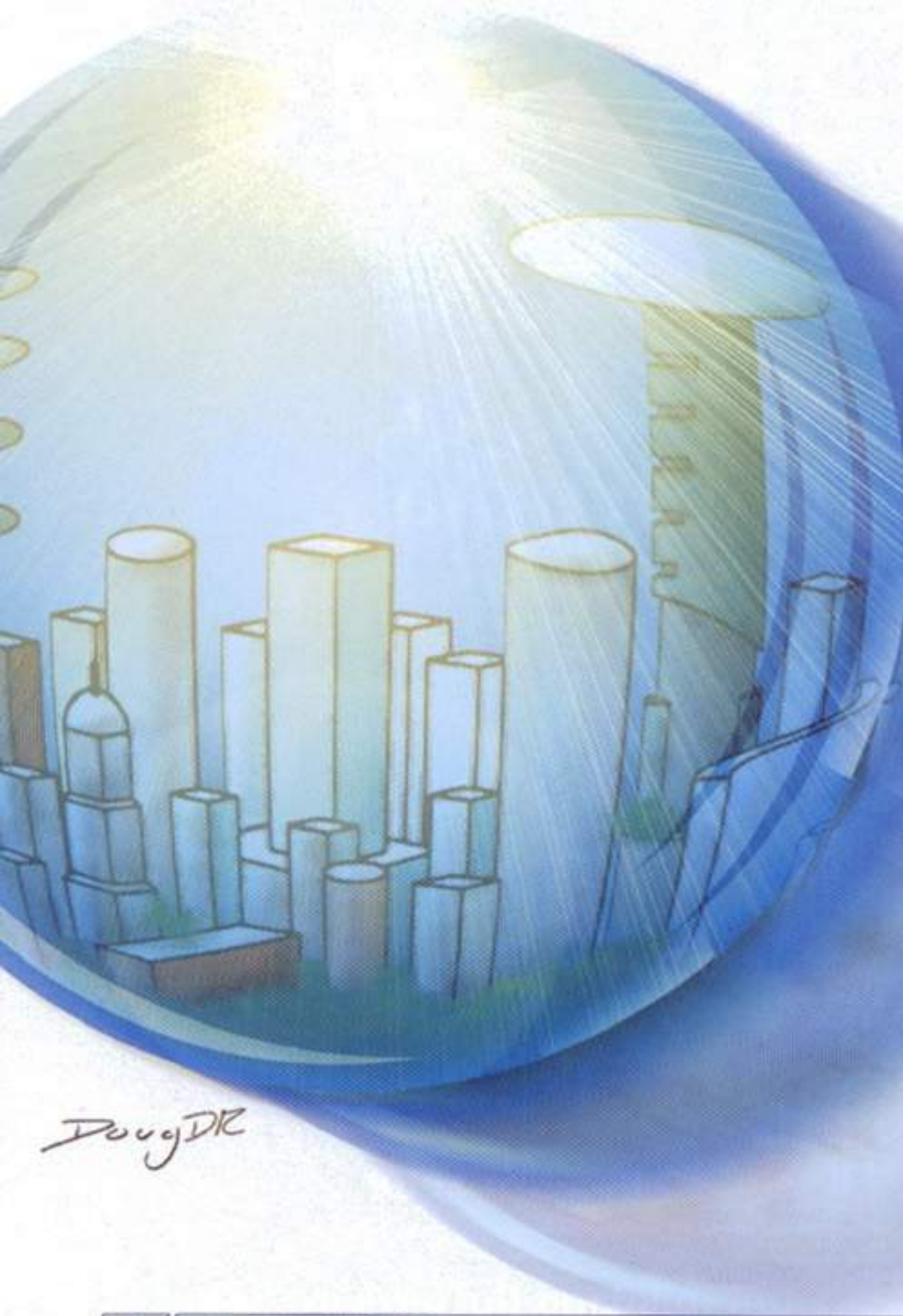


Lula assina unificação dos projetos sociais

MARCELO CASAL JR.

Vôo livre

MARCELO TORRECILLAS
torrecillas@globo.com



As grandes portas de vidro que dão para a varanda estão abertas. É uma tarde quente de final de inverno.

Um homem liga o rádio em seu apartamento, roda um ou dois programas e coloca os fones de ouvido, o que faz o som externo desaparecer instantaneamente.

Do quadrado preto no chão surge uma bateria holográfica de vinte peças. O homem se posiciona e apanha as baquetas. A música começa e ele entra com a bateria: acompanha a cadência em princípio, mas, empolgado, se deixa levar pelo ritmo, fazendo diversos riffs de improviso, brincando à vontade nos tambores. Ao sentir-se aquecido e inspirado, interrompe o treinamento, vai até o aparelho e faz algumas novas configurações. Volta para o instrumento e outra música se inicia.

Uma leve brisa desencosta a porta que estava entreaberta. Nesse instante uma bolha de sabão entra no quarto sem ser vista. Ela flutua tranquilamente pelo recinto e pára diante do rosto do homem por alguns segundos. A bolha volta a se movimentar e segue através da fresta da porta até chegar à sala, onde uma mulher, também com fones, assiste a um filme de época.

Na tela, várias cenas se sucedem: um Drakkar Viking luta contra um mar gelado e de mau-humor; um tuaregue cruza o deserto sobre um dromedário; um esquimó atravessa um enorme abismo de gelo com o trenó; um índio rema sua piroga cheia de caça rio acima, em plena selva amazônica; um astronauta flutua pelo espaço, amarrado à nave apenas pelo "cordão umbilical", e outro pisa pela primeira vez no solo da lua. Certa cena de noticiário televisivo mostra duas legendas: a primeira diz "estranhas luzes no céu da capital" e a segunda, embora a matéria já fosse muito antiga, ainda insiste em falar "ao vivo".

A bolha se afasta e sai pela janela, distanciando-se do prédio. Ela aos poucos revela o formato de um grande "bolo" sustentado por uma haste, que o eleva sobre uma densa camada de nuvens. Ao redor, diversos edifícios com o mesmo aspecto.

Passeando a grande velocidade, a bolha costura seu caminho por entre as magníficas estruturas. Em determinado ponto, mergulha nas nuvens. Ao atravessar a camada inteira, revela forte tempestade tropical em uma antiga metrópole abandonada.

Simetricamente dispostas estão as gigantescas fundações das torres e algumas poucas áreas são reservadas a equipes de estudiosos. Tudo cuidadosamente cercado e protegido.

A cidade por completo – edifícios grandes e pequenos, construções de todos os tipos e tamanhos, ruas e avenidas, túneis, pontes e viadutos – tudo havia sido previamente limpo, devidamente desocupado e solenemente entregue às mãos da natureza, para ela dispor como quisesse.

As "marcas" que a humanidade deixou na superfície acabaram por se tornar morada para o resto dos habitantes do planeta. Subsolos de prédios viraram cavernas, os lagos dos parques servem de lar para peixes, os apartamentos e casas passaram a abrigar milhares de famílias de pássaros, leões, zebras, vacas, cachorros, gatos, enfim, todos os gêneros descendentes dos antigos animais de estimação e daqueles libertos das jaulas de zoológicos e gaiolas, que aprenderam a lidar com esse novo cenário, deixado por uma raça que, finalmente, evoluiu.

A bolha vaga um pouco por tal selva e volta a ganhar altitude, passando novamente pelas nuvens e "bolos", subindo gradativamente... No meio do caminho, ela se detém por alguns instantes. Daqui de cima, a impressão é de se ver vários percevejos espetados em uma imensa almofada de algodão. Retomando sua jornada, a pequena bolha ultrapassa rapidamente os limites da atmosfera da Terra. Quanto mais distante, mais se percebe a real dimensão desse corpo celeste.

A bolha de sabão dá algumas voltas ao redor do planeta e assume uma órbita estacionária. Num salto ela dispara, deixando longo rastro brilhante, que durou apenas o suficiente para denunciar sua rota em direção ao nosso Sol...

*Sol que ainda estará brilhando muito acima de nossas cabeças e tempestades...
Acima da tecnologia e das nossas atitudes...
E sobre qualquer que seja a nossa história...
... nessa POSSÍVEL tarde quente de final de inverno,
começo de verão do ano de 2173.*

Saiba tudo que acontece no Terceiro Setor



A mais importante fonte de informação sobre a prática do bem no Brasil

Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes.

Tudo que você precisa para administrar seu projeto social de forma equilibrada e economicamente sustentável



Captação de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.



Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificação filantrópica e imunidade de impostos.



Projetos sociais

Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com histórico, números e conselhos úteis de seus dirigentes.



Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre o direito filantrópico. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades e um canal direto com o MPAS e o CNAS.



Responsabilidade social

O papel exercido pelo Primeiro e Segundo Setores na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.



Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.